



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

*A atuação jesuítica na Capitania do Rio Grande  
na visão de Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo*

BRUNA RAFAELA DE LIMA

Natal/RN  
2006

BRUNA RAFAELA DE LIMA

*A atuação jesuítica na Capitania do Rio Grande  
na visão de Augusto Favares de Lira e Luís da Câmara Cascudo*

Monografia apresentada como requisito de avaliação da disciplina Pesquisa Histórica II (DEH0046), do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fátima Martins Lopes, para fins de obtenção do título de Licenciada e Bacharela em História.

Natal/RN  
2006

BRUNA RAFAELA DE LIMA

**A atuação jesuítica na Capitania do Rio Grande  
na visão de Augusto Tavares de Lira e Luís da  
Câmara Cascudo**

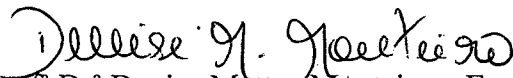
Aprovada em \_\_\_\_\_ de dezembro de 2006.

Nota:

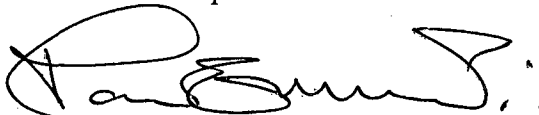
**BANCA EXAMINADORA**



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fátima Martins Lopes – Orientadora  
Departamento de História - UFRN



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Mattos Monteiro – Examinadora  
Departamento de História - UFRN



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Emília Monteiro Porto – Examinadora  
Departamento de História - UFRN

Natal/RN  
2006

A todos que me incentivaram e acreditaram no meu trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, ao Curso de História, a História em si, por tantas conquistas. Quero agradecer de forma muito sincera e especial a toda minha família de sangue e de coração, por terem sido meu alicerce durante toda essa jornada. Meu Pai e minha Mãe, a Ivone e Edeclaiton (mãe e pai do coração), e todos os familiares e amigos que torceram e me ajudaram sempre. Aos que fazem meu lar aqui em Natal, que foram e são meu refúgio, cada um com seu jeito e sua especialidade.

Quero agradecer a Adailton Figueiredo, meu eterno professor e grande amigo por quem eu tenho profundo respeito e admiração. Foram muitos os presentes que ganhei na UFRN, muitas amizades construídas. Mas tem uma “turma” do meu coração, que me conquistou pra sempre, amigos e amigas que eu jamais irei esquecer, pois vocês são parte do que sou hoje, a vocês meu obrigada de coração, “minha turma querida”: Consola, Vanessa, Isabel, Daianne, Duarte, Kamylla, Bueno, Dênison, Lenilson, João Carlos, Neto, Marília, Elizângela, Ana Claudia, Arlan, Kedmiel, Sydney, Juliana Arruda, Arthur e Juliany, André Gustavo, Úrsula e Jânio, Luciana, Borges Neto, Cris, Mirian, Helder, Olívia, Juciene, Cétura, Felipe e Heloísa.

A todos os professores do DHIS que de uma forma ou de outra contribuíram na minha formação e também aos que me cederam materiais para realização desse trabalho (em especial, Denise Monteiro, Almir Bueno, Durval Muniz, Raimundo Nonato, Margarida, Aurinete, Fátima, Wicliffe, Airon, Conceição Guilherme, Maria Emília, Paulo Possamai). Enfim a todos que compõe o DHIS por serem tão queridos, ao pessoal da parte administrativa, a Chefe-Conceição Fraga, aos funcionários e amigos (Márcio, Toinho e Kaliane), obrigada por tudo. Aos amigos mais especiais que me ajudaram e se doaram para que tudo terminasse bem nesse trabalho (Helder, Neto, Olívia, Isabel, André Gustavo, Cétura, Vanessa e Consolação).

A Aurinete por todas as ajudas pessoais e acadêmicas sempre concedidas; a Nonato pelos ensinamentos de história, e também de vida que me ensinou com sua amizade; a Maria Emília por ser exemplo, mestra e amiga. A Milena Azevedo pela força sempre concedida. A Lúcia do IHGRN, Daliana Cascudo e Anderson Tavares.

Esse trabalho não é só meu, mas sim de todos que me ajudaram e incentivaram, mas eu tenho a honra de dividi-lo com minha orientadora e amiga Fátima Martins. Meus sinceros e eternos agradecimentos, pois desde o início do meu projeto, sempre me ajudou e me ensinou da forma mais fraternal e amiga que existe. Sou sua fã, OBRIGADA POR TUDO.

“Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a particularidade do lugar de onde falo [...]”.

Michel de Certeau.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 A CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE A PARTIR DE SUA LIGAÇÃO COM O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.....	13
CAPÍTULO 2 AUGUSTO TAVARES DE LIRA E LUÍS DA CÂMARA CASCU DO NA HISTORIOGRAFIA NORTE-RIO-GRANDENSE.....	23
CAPÍTULO 3 OS JESUÍTAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE NOS DISCURSOS DE TAVARES DE LIRA E CÂMARA CASCU DO.....	42
CONCLUSÃO.....	56
BIBLIOGRAFIA.....	59

## INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira que estudou sobre os jesuítas no Brasil no século XX preocupou-se, majoritariamente, com o caráter da atuação política dos padres, ora condenando-os como “destruidores de almas”, ora exaltando-os como “heróis”. De um lado, partindo de um posicionamento maniqueísta em que o índio era o “bom selvagem” e o homem branco o “vilão”, os jesuítas foram julgados negativamente por alguns desses estudiosos, os quais advogavam que os missionários dizimaram a cultura indígena<sup>1</sup>. Por outro lado, a maioria desses estudiosos defendiam a importância que os missionários tiveram na colonização, ressaltando o seu caráter de herói abnegado e de construtor da cultura luso-brasileira colonial<sup>2</sup>. Analisando esta visão dicotômica dessa historiografia brasileira, representada aqui por Júlio Pernetta e Serafim Leite, nos propomos a pesquisar como a *Historiografia Clássica Norte-rio-grandense* – Augusto Tavares de Lira<sup>3</sup> e Luís da Câmara Cascudo – discutiram a atuação jesuítica na Capitania do Rio Grande.

Em uma avaliação preliminar feita em livros introdutórios e didáticos, verificamos o papel relevante dado aos missionários na conquista da Capitania do Rio Grande, uma vez que teriam atuado pessoalmente nos “acordos de paz”<sup>4</sup> com os Potiguara, sendo os mediadores entre os colonizadores e os índios na conquista das terras para os colonos, reduzindo os índios sobreviventes às missões, e na catequização dos nativos, fazendo com que estes aceitassem a colonização.

Diante desse quadro sobre a ação missionária na América Portuguesa, e mais especificamente na Capitania do Rio Grande, surgiu o interesse de verificar como a *Historiografia Clássica Norte-rio-grandense* trabalhou a questão, analisando a historiografia produzida pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Por essa *Historiografia Clássica* entendemos, conforme Denise Monteiro, que se trata de uma

<sup>1</sup> Ver mais em PERNETTA, Júlio. *Missões jesuíticas no Brasil*. Curitiba: Liv. Econômica, 1903.

<sup>2</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1938.

<sup>3</sup> Nesse trabalho utilizaremos a escrita do nome de Tavares de Lira com i, ao invés do y que, comumente, aparece em outros estudos acerca da vida e da obra desse autor. O motivo dessa escolha decorre do fato de ser desse modo que o nome de Tavares de Lira está grafado na segunda edição do livro *História do Rio Grande do Norte*, edição que utilizamos nessa pesquisa. Só não seguiremos essa regra quando estivermos fazendo uma citação direta cuja grafia seja com y.

<sup>4</sup> Eram acordos que tratavam dos entendimentos entre o Mundo Ocidental Cristão e os índios, sendo um dos instrumentos de subordinação indígena diante da Coroa Portuguesa, face à necessidade premente, por parte da política metropolitana, de colonização das áreas do litoral da colônia na América com finalidades geopolíticas e geoestratégicas. Ver mais em RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1996 e, no contexto da Capitania do Rio Grande, MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Celebração das pazes entre portugueses e potiguares*. In: \_\_\_\_\_. *Terra natalense*. Natal: Fundação José Augusto, 1991. p. 25-7.



corrente historiográfica que serviu de matriz para a historiografia posterior a ela, seja erudita ou acadêmica, sendo parte desta a que foi iniciada e fundamentada por Tavares de Lira, Rocha Pombo e Câmara Cascudo<sup>5</sup>. Desta forma, escolhemos os trabalhos-síntese<sup>6</sup> (*Historia do Rio Grande do Norte*) de Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo, por serem referência para a historiografia do Rio Grande do Norte e porque foram marcos iniciais de divulgação da história do Estado. Naturais do Rio Grande do Norte, ambos os autores foram ligados às elites políticas locais e propuseram-se a escrever uma história-síntese do Estado.

Augusto Tavares de Lira (1872-1958) foi um político oligarca e “intelectual” atuante que exerceu vários cargos políticos-administrativos no Estado do Rio Grande do Norte<sup>7</sup> e no Governo Federal, como Ministro, Governador do Estado, Deputado Federal, entre outros, sendo um dos empreendedores da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Escreveu inúmeros estudos sobre aspectos sociais, políticos e econômicos do Rio Grande do Norte e a somatória desses trabalhos resultou no que é considerado seu livro clássico: a *História do Rio Grande do Norte*, de 1921. Este trabalho, que escolhemos para realizar nosso estudo, foi publicado por ocasião das comemorações do centenário da Independência do Brasil expressando o sentimento nacionalista tão comum nos Institutos Históricos entre meados do século XIX e início do século XX.

Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), “intelectual” renomado do Estado do Rio Grande do Norte, considerado um dos maiores folcloristas do Brasil, fundou em 1940 o Centro de Folclore do Estado. Apesar de não ter sido um dos fundadores, como Tavares de Lira, Cascudo foi um dos membros mais atuantes no IHGRN, produzindo muitos estudos que fizeram parte das publicações dessa instituição, sendo bastante homenageado pelo Instituto em vida e depois de sua morte. Atuou na política partidária do Rio Grande do Norte de forma indireta e escreveu inúmeros trabalhos nas mais variadas áreas, sendo a sua *História do Rio Grande do Norte*, de 1955, o livro escolhido para analisarmos.

Na tentativa de apresentar e discutir os caminhos dessa pesquisa, o presente estudo lançou duas hipóteses: a primeira é que a ação missionária jesuítica na Capitania do Rio Grande foi analisada pelo discurso historiográfico de Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo inserida em uma preocupação da construção de uma história regional, ou seja, tanto um quanto o outro estavam preocupados em sintetizar a história do Estado e, sendo

<sup>5</sup> Conforme TAKEYA, Denise Monteiro. *História do Rio Grande do Norte: questões metodológicas-historiografia e história regional*. *Caderno de História*, Natal: Ed. UFRN, v.1, n.1, p. 8- 11, jul./dez. 1994.

<sup>6</sup> Vale ressaltar que, as datas dos livros que serão citadas são da primeira publicação, e as edições das obras que usamos para consulta e referência equivalem à segunda edição, respectivamente de 1982 e 1984.

<sup>7</sup> Durante a Oligarquia Albuquerque Maranhão, teve importante prestígio. Ver mais em MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 2.ed.rev. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

assim, a atuação dos Inacianos na Capitania apenas foi pontuada como participante do processo de conquista, atuando como a responsável pelo apaziguamento das relações entre nativos e colonos. Tal posicionamento está de acordo com uma das posturas da historiografia brasileira difundida a partir do século XIX que, ao se preocupar com o caráter político mediador dos jesuítas no processo de colonização, filiavam-se às correntes que defendiam os missionários com o seu caráter de “heróis” abnegados<sup>8</sup>.

A segunda hipótese seria que as produções históricas de Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo, estando ligadas ao IHGRN, se vinculavam ao contexto da produção de uma historiografia preocupada com a consolidação da Nação Brasileira, com a busca pela constituição de uma identidade nacional e também com a construção de um panteão de heróis da Pátria. Sendo assim, esses autores não estavam preocupados em analisar a atuação dos missionários revelando seus significados conflitantes. Eles estavam vinculados a uma tradição historiográfica nacional preocupada em narrar a atuação dos jesuítas como personagens essenciais na conquista da Capitania e na “civilização” dos nativos. Fundamentando tal hipótese temos em vista que o período da produção dos autores mencionados coincide com a primeira metade do século XX, mais especificamente entre as décadas de 1920 e 1950, período que foi marcado pela busca de uma identidade nacional e também de uma identidade regional e local na historiografia<sup>9</sup>.

Para os autores citados, as atividades de conversão desenvolvidas pelos Inacianos na Capitania do Rio Grande foram de fundamental importância, sendo geralmente os missionários jesuítas associados ao desbravamento da terra e, principalmente, às transformações dos costumes e hábitos da população nativa, elementos imprescindíveis à idéia de formação de uma nação cristianizada e, portanto, “civilizada”. Foram estas atividades “civilizadoras” e heróicas que estiveram sempre associadas à capacidade intelectual dos Inacianos, por amenizarem as relações de dominação no processo de conquista, intermediando a relação entre nativos e colonos. Este “olhar” da Historiografia Clássica Norte-rio-grandense construiu o papel relevante dado à ação jesuítica na efetivação da colonização e na conquista da Capitania.

Visando pesquisar como a atuação jesuítica foi trabalhada pelos autores acima citados, nos interessou, partindo da problematização feita por Michel de Certeau, em relação à

---

<sup>8</sup> Conforme LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**.

<sup>9</sup> Conforme DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IGHB aos anos 1930**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p.23-36.

importância do lugar da produção na construção historiográfica<sup>10</sup>, investigar a maneira pela qual Luís da Câmara Cascudo e Augusto Tavares de Lira construíram as suas produções históricas no panorama da História do Rio Grande do Norte: qual o lugar de produção dessa “história”, tendo em vista o contexto em que foi produzida; qual o lugar dos sujeitos-historiadores que a escreveram, e, por último, compreender quais as relações de poder e saber que nortearam o discurso produzido por nossos autores.

A partir do objetivo que tivemos - problematizar e entender os caminhos pelos quais se produziu uma leitura da atuação jesuítica na Capitania do Rio Grande nos livros de Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo - o estudo aqui proposto se inscreve na perspectiva da análise de uma Historiografia Clássica.

Para realizar tal análise, temos como suporte teórico à obra de Michel de Certeau, em seu *A Escrita da História*, onde se posiciona quanto ao que é a história, o que é fazer história e o que é historiografia. Entendendo a história como prática e o seu resultado sendo o discurso, Certeau afirma que a relação entre ambos é uma produção e que o real que se inscreve num discurso historiográfico provém das determinações de um lugar ocupado pelo autor. Sendo assim, propõe um exercício de análise que chamou de “Operação Historiográfica”, que irá permitir o entendimento do lugar da produção dos autores, como também a compreensão dos procedimentos utilizados no “fazer história” e o significado do texto escrito pelos historiadores, isto é, da historiografia<sup>11</sup>. Segundo Certeau, “o fazer história” se apóia num poder onde história e política giram em torno de um lugar criado a partir das relações de poder e saber vivida pelos sujeitos-historiadores. É baseada nessa concepção da relação entre história, prática e lugar que desenvolvemos nosso estudo.

Os enunciados teóricos utilizados por Michel de Certeau em seu texto “A Operação Historiográfica” afirmam a importância da análise da escrita da história na resolução de problemas da pesquisa em história e faz referência à análise do lugar social de produção do discurso historiográfico. É essa fonte de inspiração teórica que nos deu suporte para perceber como Tavares de Lira e Câmara Cascudo entendiam a História, pois propõe entender a escrita da história a partir da análise de uma produção que ocorre num determinado lugar, com determinados procedimentos, construindo diferentes textos. Conforme Certeau nos deixou evidente:

---

<sup>10</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 66-77.

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 65-119.

*Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita<sup>12</sup>.*

Sendo assim, a história, firma-se como uma produção de determinados sujeitos com interesses distintos e construções particulares, visto que a escrita se configura como uma possibilidade de leitura e interpretação. Assim a história se consolida como uma prática, uma escrita.

Na tentativa de entender o discurso contido nas produções citadas, também utilizamos Michel Foucault. Partimos da noção desse autor de que tudo é prática: os textos, os enunciados, o falar e o ver obedecem e estão amarradas a relações de poder que as opõem e que as atualizam, pois conforme Michel Foucault todo discurso é intencional e se dirige a alguém<sup>13</sup>. Sendo o discurso entendido como uma prática que sistematicamente forma os objetos de que fala, utilizamos tal idéia para dentro dessa lógica buscarmos entender a produção de Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo quanto à atuação dos Inacianos na Capitania do Rio Grande, uma vez que a imagem que eles constroem dessa atuação pode nos enviar ao posicionamento desses autores em relação ao debate sobre o processo de colonização da América Portuguesa e do Rio Grande.

Portanto, nos apoiamos em Michel Foucault como inspiração metodológica, tentando entender o discurso historiográfico produzido por Tavares de Lira e Câmara Cascudo sobre a atuação missionária jesuítica na Capitania do Rio Grande, buscando demonstrar à qual corrente historiográfica esse discurso está filiado e a intenção com que foi produzido, já que de acordo com esse autor, todo discurso é intencional e obedece a um interesse. Como nos deixou evidente ao dizer:

*Seria absurdo, claro, negar a existência do indivíduo que escreve e que inventa. Mas eu penso – e isto pelo menos a partir de uma época – que o indivíduo que começa a escrever um texto, no horizonte do qual gira uma obra possível, retoma a sua conta à função do autor: o que escreve e o que não escreve, o que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, aquilo que ele deixa e que cai como as palavras do dia-a-dia, todo esse jogo de diferenças é prescrito pela função autor, tal como ele a recebe da sua época, ou tal como, por sua vez, a modifica. Pois ele pode*

<sup>12</sup> CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da História**, p. 66.

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Disponível em <<http://www.ciberfil.hpg.ig.com.br>>. Acesso em 24 nov. 2005.

*muito bem perturbar a imagem tradicional que se tem do autor; é a partir de uma nova posição do autor que ele recortará em tudo aquilo que ele teria podido dizer em tudo aquilo que ele diz todos os dias, a todo o instante, o perfil ainda oscilante da sua obra*<sup>14</sup>.

A partir dessas bases teórico-metodológicas, tentamos alcançar o nosso objetivo de entender como foi produzida a história acerca dos Jesuítas na Capitania do Rio Grande nas produções de Tavares de Lira e Câmara Cascudo, colaborando para a compreensão dos discursos produzidos por tais autores. O trabalho está estruturado em três capítulos, efetivando uma análise historiográfica em torno do nosso objeto. Análise do lugar, do sujeito e por fim do discurso.

No primeiro capítulo fizemos uma qualificação do lugar de produção dos autores trabalhados, no qual elaboramos um breve histórico sobre o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), tendo em vista, os autores possuírem como lugar da produção o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), tendo sido este último um dos desdobramentos do primeiro. Pesquisamos como se deu a fundação do IHGRN e suas principais características e objetivos. Fazendo também uma análise das características encontradas nas produções ligadas ao IHGRN, em especial as Revistas.

O segundo capítulo foi o momento de realizarmos um estudo sobre Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo, procurando analisar sucintamente quem foram esses “intelectuais” na história e na historiografia norte-rio-grandense e o que representaram. Para concretizar nosso propósito, procuramos explicitar quem foram esses personagens no cenário e na produção historiográfica do Estado, a fim de entender qual era o caráter e a intencionalidade de suas obras. Além disso, desejamos analisar o discurso produzido por tais autores, que público estimavam atingir e como eles construíram suas obras.

No terceiro e último capítulo, realizamos uma análise dos discursos de Tavares de Lira e Câmara Cascudo no que concerne à atuação jesuítica na Capitania do Rio Grande, fazendo um estudo mais específico nos livros escolhidos para a pesquisa, buscando os momentos da narrativa que os jesuítas “apareceram” atuando nas terras norte-rio-grandenses. E, por fim, estabelecendo a relação que existiu entre o lugar no qual estavam inseridos e os discursos que produziram sobre essa temática. Para só assim, conseguirmos respostas as nossas hipóteses de pesquisa previamente abordadas.

---

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Disponível em <<http://www.ciberfil.hpg.ig.com.br>>. Acesso em 24 nov. 2005.

## 1 A CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO IHGRN A PARTIR DE SUA LIGAÇÃO COM O IHGB

A análise do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) tem o intuito de entender os objetivos de sua criação, para compreender qual a sua origem, quem foram seus principais fundadores, quais os seus sujeitos membros e também o eixo de suas obras. Nesse sentido, se enfatizará suas principais idéias, como o fortalecimento de uma identidade Norte-rio-grandense, a construção da Nação, o enaltecimento aos “heróis da Pátria” e a demarcação de fronteiras e territórios. Esse caminho surge em função do interesse de qualificar o lugar de produção dos autores das obras escolhidas como objeto de nosso estudo, Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo. Para realizar tal análise, primeiramente, qualificaremos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pois foi a partir dos princípios do IHGB que surgiu o IHGRN como uma de suas muitas ramificações.

Na perspectiva da qualificação do lugar de produção dos sujeitos historiadores em questão, tomamos por embasamento teórico a idéia de Michel de Certeau ao afirmar que:

*[...] Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural [...]. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam*<sup>15</sup>.

Sobre essa idéia de Michel de Certeau – o lugar da produção é determinante na pesquisa historiográfica – entendemos ser de muita relevância para nosso estudo uma vez que a história oscila entre dois pólos, de um lado sendo prática – uma realidade fechada – e de outro um discurso fechado – o texto que organiza e encerra o modo de inteligibilidade. Essa idéia partilhada com Certeau é que nos impõe a necessidade de explicar e qualificar o IHGRN, à medida que essa instituição foi o ambiente da produção historiográfica dos nossos sujeitos-historiadores. Sendo assim, fizemos um breve histórico do IHGB por entender que foi desta academia que se originou e foi qualificado o IHGRN, possuindo, portanto, características e princípios semelhantes.

Os Institutos Históricos e Geográficos foram criados em uma época que o Brasil estava tentando se consolidar enquanto uma Nação independente, que se pretendia forte e homogênea. Diante desse contexto, foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

---

<sup>15</sup> Conforme CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 66-67.

em 1838, que tinha como uma de suas tarefas principais produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras, com uma visão de história preocupada com a definição de uma identidade nacional unificada. Seus intelectuais, portanto, tinham como tarefa definir um projeto da Nação de que se falava no século XIX, pois quem compunha esse quadro de intelectuais eram também membros da burocracia estatal, que estavam comprometidos com a ordem que representavam<sup>16</sup>.

O ambiente em que ocorreu a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX foi o mesmo em que a história estava começando a ser pensada como ciência e o discurso historiográfico a ser encarado como discurso científico. A criação do IHGB foi o primeiro esforço de sistematizar a produção histórica, e os seus membros foram os pioneiros na coleta e sistematização da documentação histórica, em levantamentos geográficos e em estudos etnográficos e lingüísticos. Esses “confrades”, como se chamavam entre si, tinham uma concepção herdeira do Iluminismo, que tratava a história como um processo linear e marcado pela noção de progresso. Eles empenhavam-se na tarefa de explicitar para o caso brasileiro uma linha evolutiva, pressupondo certamente o momento que viviam como coroamento do processo histórico, tomando como modelo inspirador o Instituto Histórico de Paris, que forneceu os parâmetros de trabalho historiográfico do IHGB. Nesse sentido, era “função” dos sócios “iluminar” o caminho ainda obscuro e trazer à luz a história brasileira<sup>17</sup>.

Essa academia nasceu, portanto, como uma entidade que refletia sobre a “nação” brasileira que conquistara a sua independência e contava com o patronato do Imperador D. Pedro II, o qual incentivou e financiou as pesquisas e até cedeu muitas vezes o Paço Imperial para ser a sede de algumas reuniões dos membros do IHGB. Nesse sentido, o IHGB tinha um duplo projeto historiográfico: dar conta de uma gênese da Nação, e inseri-la numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao Iluminismo<sup>18</sup>.

Vale ressaltar que o contexto político brasileiro no qual o IHGB foi criado estava marcado pela experiência política regencial e o grande desafio das elites imperiais era a implantação do Estado Nacional e, por isso, o apoio do governo imperial na nova instituição, pois o Instituto seria o lugar privilegiado da emissão de um discurso com um efeito de

---

<sup>16</sup> Conforme GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p.5-27, 1988. p. 6-7 .

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 8-9.

verdade sobre o Brasil<sup>19</sup>. Os seus membros estavam sempre atentos às questões da modernidade e preocupados em incluir o país entre as nações cultas, buscando desenvolver estratégias de consolidação da unidade nacional<sup>20</sup>.

O IHGB tinha uma historiografia pobre em interpretação e rica em documentos, responsável pela gestação e coordenação das tentativas de se escrever uma história geral do Brasil. O discurso historiográfico do IHGB pode ser considerado como elitista e herdeiro de uma tradição iluminista, pois os seus membros eram os filhos da elite brasileira que tinham tido formação acadêmica na Europa e estavam incumbidos de criar uma história que legitimasse a Nação brasileira perante o Mundo. Nesse sentido, a historiografia produzida por eles serviu para legitimar a origem do Estado Brasileiro e garantir uma visão homogênea sobre o Brasil, sempre enaltecendo os poderosos da elite, o que fez com que os índios e os negros tenham sido excluídos do projeto da historiografia da época, pois o conceito de Nação só se referia aos brancos<sup>21</sup>. Tais idéias ficam mais evidentes de acordo com o que nos diz Manoel Luís Guimarães ao afirmar que:

*[...] Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos desse projeto de por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do "outro", cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção<sup>22</sup>.*

Diante desse quadro exposto, é compreensível que o IHGB tenha se legitimado como uma importante instituição na sistematização de uma cultura historiográfica capaz de construir uma definição para a Nação, era uma instituição nos moldes de uma academia em busca de traçar com precisão a origem da nacionalidade brasileira.

Com a criação da única instituição encarregada de sistematizar e organizar a história do País foi criada também a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1839, que se tornou o principal instrumento de difusão do conhecimento histórico, e tinha

<sup>19</sup> Conforme PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da História**: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Ed. UFPR, 1996. p. 224.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 228.

<sup>21</sup> Conforme DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: do IGHB aos anos 1930. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p. 24-26.

<sup>22</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, p. 7.



como uma de suas principais características o forte historicismo conservador do IHGB e a defesa da unidade política do País e de seu modelo de governo. Os artigos das revistas ficavam a cargo dos sócios e convidados e eram comunicações endereçadas aos próprios membros da academia, já que a elite alfabetizada e instruída para a leitura era quem compunha a associação. Não havia um critério de publicação previamente definido, mas apenas o grande interesse de comprovar e incentivar o progresso e o desenvolvimento brasileiro, a preocupação de assegurar e viabilizar a totalidade de Brasil, uma homogeneização e unificação da Nação<sup>23</sup>.

A Revista do IHGB focalizou inicialmente a fase colonial brasileira, com mais da metade de suas publicações nos primeiros cem anos dedicadas a ela. Era um órgão oficial do Instituto e oficioso do Império que, juntamente com a realização de concursos monográficos, sobretudo, para elaboração de um moderno projeto de história nacional, eram responsáveis pela construção de uma identidade nacional consolidada. Outros temas abordados de início foram os políticos (descobrimto, independência, república) que, ao longo o século XX, foram decrescendo em número. Um dos temas bastante abordado foi o trabalho realizado pelos jesuítas, que serviu de base para alguns trabalhos sobre a temática ou sobre o Brasil da época<sup>24</sup>.

Devido ao apoio que era recebido por parte do governo imperial, pois o Instituto mantinha estreita vinculação com o governo, foi possível o estabelecimento dos institutos provinciais. Todos dentro da lógica e dos princípios desenvolvidos pelo IHGB. Os institutos regionais foram pensados como desdobramentos localizados do próprio IHGB, cuja tarefa era fornecer os subsídios para o fortalecimento da identidade nacional e da História síntese da Nação<sup>25</sup>. Essas instituições locais realçavam os aspectos da história local, deixando evidente a importância da região na composição da história nacional. Nesse sentido, percebemos que os interesses e objetivos defendidos pelos Institutos locais não eram diferentes dos defendidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As idéias trabalhadas pela historiografia ligada aos Institutos são idéias inseridas no contexto da historiografia do século XIX e início do século XX e, por serem fruto desse pensamento, preocupadas com a (re)afirmação do sentimento de identidade nacional, produzindo uma escrita voltada para a construção e fortalecimento da Nação a partir do regional.

---

<sup>23</sup> Conforme DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: do IGHB aos anos 1930, p. 24 -33.

<sup>24</sup> Conforme CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 72-75.

<sup>25</sup> Conforme PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da História**: a realização da utopia nacional oitocentista, p. 226-228.

Toda essa qualificação panorâmica feita em torno do IHGB foi mapeando o ambiente em que se criou o IHGRN já que o mesmo foi uma das muitas ramificações do Nacional e tem os seus princípios baseados no mesmo.

Neste contexto da criação dos diferentes espaços a partir de diretrizes comuns - a coleta de documentos e a escrita da história local e estadual - o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte foi criado em 29 de março 1902. Quando fundado, recebeu a missão de documentar e elaborar pesquisas sobre a cultura e história do Rio Grande do Norte.

A criação do IHGRN se deu por um litígio que colocou em questão os limites territoriais entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, que foi a chamada “Questão de Grossos”. Esse litígio foi o grande impulso na reafirmação de uma identidade local, tendo em vista ter motivado os intelectuais norte-riograndenses a lutarem por uma identidade norte-riograndense definida. A criação do Instituto, portanto, se deu em pleno desenrolar da “Questão de Grossos”.

O IHGRN foi a instituição cultural pioneira na coleta e sistematização de material que ajudasse na defesa de uma identidade consolidada para o Estado. Idéia que perdurou entre seus sócios, como se observa no artigo escrito em 1982 por Fernando Hippólyto da Costa na Revista do IHGRN sobre a sua Fundação:

*[...] um marco fulgurante na História do Rio Grande do Norte. Respeitado e enaltecido pelos norte-rio-grandenses que vêem no Instituto o guardião do passado histórico da nossa terra, ele bem justifica o epíteto que recebeu do seu ex-presidente Nestor dos Santos Lima, como a ‘Casa da História Potiguar’, ou como costuma denominar o seu atual Presidente, Dr. Enélio Lima Petrovich, a ‘Casa da Memória’<sup>26</sup>.*

No entanto, a articulação em torno da fundação do IHGRN era mais remota que a data de sua origem, pois, desde os fins do século XIX, havia por parte de seus intelectuais uma preocupação em definir a identidade histórica norte-riograndense. Como nos deixam evidentes as publicações anteriores à instituição, tais como, *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*, de Manoel Ferreira Nobre publicado em 1877; *Almanaque do Rio Grande do Norte* de 1897, que pode ter sido organizado por Manuel Dantas e a *Revista do Rio*

---

<sup>26</sup> Conforme COSTA, Fernando Hippólyto da. A fundação do Instituto-1902. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 79 - 80, p. 9-75, 1987-1988. p. 12.

*Grande do Norte* de 1898, que ao que tudo indica foi publicada pela Biblioteca do Grêmio Polymathico em comemoração aos trezentos anos do Rio Grande do Norte<sup>27</sup>.

Contudo, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, gerado dentro de um contexto nacional de instalação e ampliação da República, foi uma criação ligada aos demais modelos de desenvolvimento historiográfico que tinham sido implantados no Brasil. Em virtude da mudança da perspectiva política que imprimia um novo campo simbólico, houve uma mudança na perspectiva historiográfica, passando de um foco nacional para focos locais.

Assim, as funções que o IHGRN desempenhava eram movidas pelo interesse de organizar e sistematizar a história local, conforme determinava um dos artigos do Estatuto de Fundação desta agremiação:

*[...] O IHGRN tem por fim colligir, methodizar, archivar e publicar documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencente à história, geographia, archeologia e ethnographia, principalmente do Estado, e á língua de seus indígenas, desde a época do descobrimento do Brasil*<sup>28</sup>.

O Instituto tinha a finalidade de efetivar a história local, cujos membros eram desembargadores, políticos, escritores, todos representantes da elite estadual, dos meios políticos, educacionais, da magistratura e do setor administrativo do Estado. Sendo assim, a história escrita por eles também foi da representação de sua classe.

Com isso, esse agrupamento de pesquisadores, integrados em um mesmo propósito, contribuiu com a organização e produção de uma história local<sup>29</sup>, nos moldes da que era feita pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com relação ao território nacional, além de se notabilizar pela tarefa de salvaguarda da documentação manuscrita e impressa do Estado, com a finalidade de preservação da memória local.

Além do desejo de construção da historiografia local, tinha-se, também, a tarefa de delinear um perfil para a “Nação Brasileira” através da somatória das histórias locais, capazes de garantir ao IHGB a formação de uma identidade própria do Brasil no conjunto mais amplo

<sup>27</sup> Conforme MENEZES, Karla. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: entre 1902 e 1907**. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997. p. 14-16.

<sup>28</sup> Estatuto de Fundação do IHGRN citado por MENEZES, Karla. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907**. **Caderno de História**. Natal: Ed. UFRN, v. 3/4, n. 2/1, p. 41-57, jul. / dez. 1996; jan. / jun. 1997. p. 42.

<sup>29</sup> Segundo COSTA, Fernando Hippólito da. A fundação do Instituto-1902. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, p. 60-65, o tema inicial em torno do qual se reuniram os membros do IHGRN foi a chamada “Questão de Grossos”, relacionada à disputa de territórios fronteiriços entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Tema esse que, junto à relação dos capitães-mores e governadores do estado, os índios célebres no contexto histórico do Rio Grande e o domínio holandês compuseram o rol de assuntos explorados nos cinco primeiros volumes da revista da instituição.

das nações, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX; como também formular uma história que a exemplo dos demais modelos europeus se dedicasse à exaltação e glória da pátria<sup>30</sup>.

Os membros do IHGRN compunham a elite estadual, eram os homens cultos e letrados do Estado. Escreviam suas produções para atender aos interesses pertinentes a Instituição e o público para quem eles se voltavam eram os próprios sócios, ou seja, as publicações do IHGRN tinham um destino certo, eram obras do Instituto para o Instituto. No caso dos nossos autores em análise, ambos eram sócios efetivos do IHGRN e produziam ancorados nos moldes desta academia. Câmara Cascudo afirmou que:

*É para isto que servem os Institutos Históricos: guardar as nossas tradições, os nossos feitos, a memória dos antepassados que fizeram a nossa grandeza e a nossa independência, tudo enfim que se relaciona com os nossos costumes, tradições, desenvolvimento, progresso, cultura, raça, etc. (28 de março de 1952)*<sup>31</sup>.

Tal idéia deixou bem evidente qual era sua postura para com o lugar principal de onde produzia. Podemos explicitar tais afirmações ao analisarmos os objetos do estudo da nossa pesquisa, os livros *Historia do Rio Grande do Norte* de Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo, datados de 1921 e 1955, respectivamente. Essas obras são modelos, pois foram escritas como sendo o “todo” da história do Rio Grande do Norte, representando assim, uma história síntese do Estado. E buscaram homogeneidade para legitimar uma identidade local e delimitar o território, idéia que reiterou a da criação do IHGRN. Nestas produções, as principais idéias difundidas pelo Instituto estão presentes, tais como a construção da Nação, o culto aos “heróis da pátria” e a demarcação de fronteiras e territórios.

A Revista do IHGRN foi publicada pela primeira vez em 1903 e, até 1907, teve publicação anual. Os cinco primeiros volumes tinham as transcrições dos discursos proferidos nas sessões solenes e comemorativas; as transcrições de documentos, que seriam mais volumosamente publicados a partir do sexto volume da Revista em coluna denominada “Archivo”; resumo das atas das sessões do Instituto, que descrevem sumariamente as atividades e discussões empreendidas pela instituição; notas biográficas e necrologias; textos relativos à história, geologia e geografia do Estado<sup>32</sup>.

<sup>30</sup> Conforme PAZ, Francisco Moraes. Na **poética da História**: a realização da utopia nacional oitocentista, p. 224-233.

<sup>31</sup> Apud COSTA, Fernando Hippolyto da. A fundação do Instituto-1902. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, p. 60.

<sup>32</sup> Conforme MENEZES, Karla. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. **Caderno de História**, p. 43-44.

De acordo com Karla Menezes os primeiros temas trabalhados na Revista do IHGRN, eram bem semelhantes aos da Revista do IHGB, mas havia os temas locais como a “Questão de Grossos”, os capitães mores e governadores, os índios célebres do Rio Grande do Norte e o período que os holandeses passaram na Capitania, todos no contexto do desbravamento colonial. Ainda segundo Karla, de acordo com as atas, constata-se que um projeto historiográfico objetivo não fazia parte de debates no IHGRN até pelo menos 1907<sup>33</sup>. No entanto, pensamos que o projeto historiográfico do IHGRN era intrínseco à instituição e à efetivação de seus objetivos, portanto, não havia “motivos” para debates, já que a sua produção era vista como a “verdade” da história. O projeto historiográfico do IHGRN não era para ser discutido e sim para promover a identificação e divulgação da “verdade” do fato histórico contido no documento, que servisse para construir a história local e, assim, colaborar para a construção do nacional.

Vale ressaltar que a pesquisa realizada por Karla Menezes sobre a Revista do IHGRN, foi um trabalho pioneiro no Estado. Ela estudou a produção da Revista de 1902 a 1907 e afirmou que a revista:

*[...] foi moldada dentro de um padrão que, de um modo geral, caracterizou-se as publicações dos Institutos Históricos e Geográficos. Seguindo uma tradição iniciada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o instituto norte-riograndense[sic] reservou em sua Revista, por exemplo, e desde sua primeira publicação, um espaço dedicado especialmente às biografias e necrologias dos seus sócios, cuja função parece transpor os limites da simples homenagem, esses breves biografias e elogios fúnebres constituíam-se, em certo sentido, em espaços através dos quais eles que faziam a instituição podiam ter cultuadas e perpetuadas suas imagens. Não obstante este papel que assumem, as biografias e necrologias representariam também as bases, ou mesmo os primeiros indícios, de uma futura historiografia, sobretudo a nível político, pautada nos “grandes personagens históricos do Estado”, tendo-se em consideração boa parte daqueles que integravam a instituição, e eram biografados, participaram da história política do Estado<sup>34</sup>.*

Quanto ao tema de análise deste trabalho – a visão de Tavares de Lira e Câmara Cascudo sobre as atividades desenvolvidas pelos Inacianos na Capitania do Rio Grande – o que ficou evidente diante da nossa investigação nas Revistas do IHGRN foi que os seus membros não se preocuparam especificamente com a atuação jesuítica na Capitania do Rio Grande. Só foi encontrado um artigo específico sobre essa temática que foi o intitulado de: *Os*

<sup>33</sup> Conforme MENEZES, Karla. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. *Caderno de História*, p. 45.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 32.

*Jesuítas nas primeiras horas da colonização da Capitania*<sup>35</sup>, do Monsenhor Paulo Herônimo de Melo, que era sócio efetivo do Instituto, publicado na Revista do IHGRN em 1953.

O período em que os jesuítas estiveram no Rio Grande foi mencionado em alguns outros trabalhos da referida Revista, mas os missionários foram apenas citados como participantes do processo de Conquista e efetivação do território. Como exemplo disso, há o artigo escrito por Câmara Cascudo, intitulado: *As lendas de Extremôz*<sup>36</sup>, publicado em 1940. Nesse artigo, o autor trata a questão da passagem da Missão de Guajiru à Vila de Estremoz, e menciona a participação dos jesuítas nesse processo.

A partir da análise do material já mencionado, o que pudemos perceber é que a atuação Inaciana na Capitania do Rio Grande na visão da produção contida na Revista do IHGRN foi referenciada como sendo os missionários personagens essenciais para a conquista do território potiguar, atuando no sentido de facilitar os acordos com os índios. Isso fica claro quando o Monsenhor Paulo H. de Melo diz que:

*[...] É nesta alvorada de conquista da nossa terra que aparecem os primeiros jesuítas integrando-se na história da Capitania [...]. Ninguém melhor do que eles estava credenciado para os entendimentos de paz com os indígenas*<sup>37</sup>.

Esse trecho evidencia o papel que foi concedido à atuação jesuítica na Capitania do Rio Grande pelo autor, que, como já vimos em Certeau, representa o lugar de onde fala, nesse caso o IHGRN, mesmo diante da pouca produção que encontramos referente aos missionários. Ainda no mesmo artigo, encontramos trechos que demonstram o enaltecimento e agradecimento para os Inacianos, da parte do autor, quando escreveu:

*[...] Foram os jesuítas que descortinaram o futuro da nossa terra, numa antevisão que o presente está a confirmar, insistindo no estabelecimento de Missões na Capitania, alegando ser o Rio Grande do Norte a “Chave do Brasil”. [...] Recolhendo com carinho os feitos do passado, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte presta, no jubileu aureo de sua fundação, comovida homenagem aos jesuítas que ajudaram a construir os alicerces da nossa nacionalidade*<sup>38</sup>.

Ao pesquisarmos sobre o IHGRN, sua vinculação direta ao IHGB e sobre as principais características da produção expressadas em suas Revistas, podemos demonstrar diante do exposto, que o objetivo com que foi criado o IHGB de pensar e sistematizar a

<sup>35</sup> MELO, Paulo Herônimo de. Os jesuítas nas primeiras horas da colonização da Capitania. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 50, 1953, p. 41-52.

<sup>36</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. As lendas de Extremôz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 32/ 34, 1940, p. 85-96.

<sup>37</sup> MELO, Paulo Herônimo de. Op. cit. p. 47-48.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 52.

consolidação da Nação, efetivar o projeto de criação da origem da Nação brasileira e inserir esta em uma tradição de civilização e progresso foi bastante praticado ao longo do que foi produzido pelos membros do IHGB e pelas produções do IHGRN.

As Revistas do Instituto nacional e local funcionaram como instrumentos de divulgação do projeto historiográfico voltado para a consolidação nacional e também como um veículo de reafirmação de idéias da época vivenciada pelos intelectuais que pertenciam a estas instituições. As idéias expressas nas Revistas do IHGRN foram o principal material de criação e divulgação da historiografia local.

A pesquisa que realizamos até o momento, refletiu as características desenvolvidas pelo lugar da produção de nossos sujeitos-historiadores em análise. E também nos deu a sustentação de como eram construídas as produções de tal lugar. Sendo assim, cabe a nós a partir de agora explicitar e discutir como tais sujeitos se consolidaram enquanto autores da Historiografia Clássica Norte-rio-grandense. Para realizar tal feito, iremos fazer um estudo panorâmico sobre a vida e a produção histórica referente à História “síntese” do Rio Grande do Norte dos autores estudados.

## 2 AUGUSTO TAVARES DE LIRA E LUÍS DA CÂMARA CASCU DO NA HISTORIOGRAFIA NORTE- RIO-GRANDENSE

O objetivo deste capítulo é caracterizar Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo enquanto sujeitos-historiadores. Assim, construiremos reflexões sobre a vida e os escritos destes autores, particularmente as obras em análise - *História do Rio Grande do Norte*, de Augusto Tavares de Lira (1921) e *História do Rio Grande do Norte*, de Luís da Câmara Cascudo (1955). Objetivamos, assim, não fazer um estudo biográfico, mas apresentar possibilidades de leituras sobre a vida e obra dos autores em questão.

Neste sentido, procuraremos explicitar quem foram esses personagens no cenário e na produção historiográfica do Estado e o que representaram na construção da história norte-rio-grandense, buscando entender qual era o caráter e a intencionalidade de suas obras. Além disso, é nosso desejo analisar o discurso produzido por tais autores, que público estimavam atingir, como eles construíram suas obras, e a sua relação com as fontes e demais estudiosos do tema. E, por fim, estabelecer a relação que existiu entre o lugar no qual estavam inseridos e os discursos que produziram.

Para efetivar nosso objetivo, utilizaremos como suportes teóricos às idéias de Michel Foucault em seu trabalho *O que é um autor?*, na tentativa de explicitar como o “estatuto de autoria” foi construído para Tavares de Lira e Câmara Cascudo e como o nome de autor foi sendo demarcado em relação a eles. Segundo Foucault, tal estatuto é posto em prática, quando os autores são tidos como iniciadores de práticas discursivas que produzem não só a sua própria obra, mas a possibilidade e as regras de formação de outros textos<sup>39</sup>. Compartilhando com essa idéia de Foucault, iremos trilhar alguns dos caminhos historiográficos feitos por nossos sujeitos estudados, tendo em vista que é sabido que Tavares de Lira e Câmara Cascudo são paradigmas de expressão da historiografia clássica norte-rio-grandense<sup>40</sup>.

Trabalharemos um pouco com a discussão feita por Pierre Bourdieu, no seu estudo *A ilusão biográfica*<sup>41</sup>, que tem como objetivo mostrar que não se pode construir uma biografia centrada apenas no indivíduo, mas também na sua relação com o conjunto social do qual faz parte.

<sup>39</sup> FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*. 4.ed. Lisboa: Veja: Passagens, 2000.

<sup>40</sup> Conforme MONTEIRO, Denise Mattos. Balanço da historiografia norte-rio-grandense. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH/ RN: o ofício do historiador, 1. , 2004, Natal. *Anais...* Natal: EDUFERN, 2006.

<sup>41</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.



E também nos utilizamos da discussão de Michel de Certeau na primeira parte do livro *A Escrita da História*, intitulada *As produções do lugar*, onde discute o processo de construção do conhecimento histórico e a relação com o lugar da produção, será de vital importância para entender quais os limites/as marcas do discurso dos dois autores citados e como este foi construído<sup>42</sup>.

Nesse momento, a pesquisa será encaminhada realizando uma operação historiográfica, tendo em vista que já qualificamos no primeiro capítulo, o lugar de produção dessa história – o IHGRN –, levando em consideração o contexto que foi produzida e qual o lugar dos sujeitos-historiadores que a escreveram. Agora se faz necessário um entendimento dos sujeitos enquanto autores que deixaram uma produção discursiva que se seguiu até a década de 70 do século XX pela historiografia norte-rio-grandense e que serve de base até os dias atuais.

Os autores que estudamos pertencem a uma primeira fase dessa historiografia norte-rio-grandense, tida como clássica, que equivale aos primeiros setenta anos do século XX, que segundo Denise Monteiro, foi um momento marcado, principalmente, pela figura mítica de Câmara Cascudo e era composto pelas produções ligadas ao IHGRN<sup>43</sup>. Para que possamos entender o estatuto do autor no caso de Tavares de Lira e Câmara Cascudo, partiremos da idéia defendida por Michel Foucault, ao afirmar que:

*[...] O nome de autor não é um nome próprio como qualquer outro, mas antes um instrumento de classificação de textos e um protocolo de relação entre eles ou de diferenciação face aos outros, que caracteriza um modo particular de existência do discurso, assinalando um respectivo estatuto numa cultura dada: a função de um autor é caracterizar a existência, a circulação e a operatividade de certos discursos numa dada sociedade [...].<sup>44</sup>*

A partir desse pensamento, resolvemos entender como os dois historiadores se tornaram autores renomados da Historiografia Norte-rio-grandense. Pensamos nesse capítulo em evidenciar como os discursos de Tavares de Lira e Câmara Cascudo conseguiram se diferenciar e se “impor” diante dos demais, o que fez com que seus nomes se sobressaíssem na Historiografia Norte-rio-grandense, servindo de modelos para os demais autores que escreveram sobre o Estado.

<sup>42</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

<sup>43</sup> Conforme MONTEIRO, Denise Mattos. Balanço da historiografia norte-rio-grandense. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH/ RN: o ofício do historiador, 1.

<sup>44</sup> FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*, p. 21.

Dentro dessa perspectiva, analisaremos a partir de agora um pouco da vida e da produção historiográfica dos dois autores, sem nenhuma pretensão de conseguir abarcar nem toda vida, nem toda obra desses personagens tão singulares da História Norte-rio-grandense. Pois, como disse Michel Foucault, ao ser criticado por ter trabalhado com alguns autores e não ter dado conta de tudo que tais autores tinham falado ou escrito, afirmou que:

*[...] Por um lado, disseram-me: o senhor não descreve Buffon nem o conjunto de sua obra como deve ser, e o que diz sobre Marx é irrisoriamente insuficiente em relação ao pensamento de Marx. Estas objecções [sic] eram evidentemente fundamentadas, mas não penso que fossem muito pertinentes relativamente ao que então fazia; porque, para mim, o problema não consistia em descrever Buffon ou Marx, nem em restituir o que eles tinham dito ou querido dizer: procurava simplesmente encontrar as regras pelas quais eles tinham formado um certo número de conceitos ou de teorias que se podem encontrar nas suas obras. [...]*<sup>45</sup>.

Sendo assim, partilhamos desse pensamento para dizer que o que nos interessa é retratar um pouco dos autores por nós pesquisados, a fim de entender o que seus discursos representaram na historiografia local e como tais discursos foram formadores de pensamentos sobre o que aconteceu na Capitania do Rio Grande, principalmente, no que concerne à atuação dos jesuítas, que é o nosso principal foco de pesquisa. Primeiramente trataremos de qualificar Augusto Tavares de Lira e sua produção, e em seguida trabalharemos com Luís da Câmara Cascudo, para, só então, ser possível a compreensão de como os discursos produzidos por eles foram representativos na construção da memória local.

Escrever sobre a vida e a obra de Augusto Tavares de Lira é uma tarefa muito complicada, pois, ao começarmos a pesquisar sobre esse homem, percebemos que ele foi um sujeito que viveu a vida intensamente nas mais diversas áreas. Dizemos isso, ao encontrar inúmeras fontes de informação sobre sua história, seja no campo político, seja no campo histórico e também no campo jurídico-administrativo.

Devido a grande quantidade de informações acerca de sua trajetória de vida, nos deteremos a algumas bibliografias, como a obra de Denise Monteiro, *Introdução a História do Rio Grande do Norte*, para entendermos o contexto político na qual Tavares de Lira esteve inserido no estado; a obra de Carlos Tavares de Lyra, *Uma vida em linha reta*, o qual nos dará um suporte da vida pessoal e profissional do autor em análise; a monografia de Lucélia Dantas, *Tavares de Lyra e a História do Rio Grande do Norte: uma visão da elite política no início do século XX*, que nos servirá de reforço nas informações que estamos pesquisando,

---

<sup>45</sup> FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?*, p. 31-32.

como no caso de esclarecer a relação do autor com a elite norte-rio-grandense; e, como principal base de pesquisa no que concerne à vida e obra do autor, nós nos utilizaremos do número especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)*, de 1959, que foi dedicada à sua memória<sup>46</sup>.

As fontes já citadas são os materiais pesquisados sobre o autor. Todavia, no intuito de percebermos as características principais de sua produção, faremos também uma consulta em obras escritas pelo próprio autor, como *A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte*, a parte referente ao Estado do Rio Grande do Norte no *Diccionario Histórico e Geographico e Etnographico do Brasil*, artigos da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, de julho-setembro de 1943 e o seu livro *História do Rio Grande do Norte*<sup>47</sup>.

Augusto Tavares de Lira era natural do Rio Grande do Norte, da cidade de Macaíba, nascido em 1872 e falecido em 1958, no Rio de Janeiro. Estudou o primário na cidade onde nasceu, cursou o Ginásio Norte-rio-grandense, que tinha como diretor Pedro Velho. Cursou Humanidades em Recife onde se formou na Faculdade de Direito (1892). Depois de sua vida de estudante na capital pernambucana, fez estabelecimento em Natal, montando seu escritório de advocacia e logo depois se tornou professor de história do colégio Atheneu Norte-rio-grandense, por concurso (1893). Também se dedicou à imprensa e foi um dos redatores do semanário “A República”. Casou-se aos 29 anos com D. Sofia Maranhão, filha de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão<sup>48</sup>, proprietário do referido jornal, fundado em junho de 1889, que teve sua primeira edição publicada em primeiro de julho do mesmo ano<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. rev. Natal: Cooperativa Cultural, 2002; LYRA, Carlos Tavares de. *Tavares de Lyra: uma vida em linha reta*. Natal. Fundação José Augusto -1973; DANTAS, Lucélia Maria A. Góis Ribeiro. *Tavares de Lyra e a História do Rio Grande do Norte: uma visão da elite política no início do século XX*. 2005. Monografia (Graduação em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal; REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Dedicado a memória do Ministro Augusto Tavares de Lyra. Natal: Tip. Centro de Imprensa, v. 52, 1959.

<sup>47</sup> LYRA, Augusto Tavares de. *A independência do Brasil no Rio Grande do Norte* (algumas notas sobre a História Política do Rio Grande do Norte - 1817-1824). Rio de Janeiro: Pongetti; Natal: IHGRN, 1972; INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. *Diccionario histórico, geographico e etnographico do Brasil*. Commemorativo do Primeiro Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. v. 2; LIRA, Augusto Tavares de. Minha passagem pelo Senado. In: GANNS, Claudio (Dir.). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 180, p. 201-214, jul/set. 1943; Id. O monumento ao Barão do Rio Branco. In: GANNS, Claudio (Dir.). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 180, p. 229-236, jul/set. 1943; LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

<sup>48</sup> FERNANDES, Aldo. Apresentação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. 52, 1959. p. 7-8.

<sup>49</sup> Ver mais em SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*. Brasília: Senado Federal, 1989.

Tavares de Lira ingressou na política muito jovem, com 21 anos já estava eleito Deputado Estadual, seguindo a orientação política do seu primo e futuro sogro Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Pertencente à elite do Estado, foi beneficiado politicamente por pertencer à oligarquia Albuquerque Maranhão que dominou o poder político no Rio Grande do Norte de fins do século XIX até o início do século XX<sup>50</sup>. Augusto Tavares de Lira, durante o domínio da oligarquia da qual fazia parte, foi prestigiado na sua trajetória política no Rio Grande do Norte, conforme Denise Monteiro, pois um dos momentos em que essa oligarquia conseguiu demonstrar fortemente o seu poder, deu-se na sucessão estadual de 1900, quando:

*[...] preparando a sucessão de Joaquim Ferreira Chaves, em 1900, [foi] que a oligarquia Maranhão demonstrou toda sua força: como Alberto Maranhão não tinha a idade mínima exigida na constituição estadual vigente - 35 anos - , a constituição foi reformada, estabelecendo-se como idade mínima 25 anos, o que beneficiou também outro membro da oligarquia que se tornaria governador: Augusto Tavares de Lyra.[com apenas 32 anos][...] <sup>51</sup>.*

Tal afirmação evidencia o prestígio que Tavares de Lira teve no Rio Grande do Norte enquanto a oligarquia que pertencia esteve no poder, até por volta de 1913. Foi durante esse período que ele se afastou do cargo de governador para assumir o de Ministro da Justiça no Governo de Afonso Pena. Enquanto governador, podemos perceber alguns de seus feitos através dos escritos de José Moreira Brandão Castelo Branco, na Revista do IHGRN, quando escreveu:

*[...] No Governo do Rio Grande do Norte (março, 1904- novembro, 1906), fomentou a economia pública, interessando-se pela indústria do sal, canavieira e algodoeira, principais produções [sic] do Estado, na ocasião; sem olvidar a limpeza e saneamento dos seus vales e rios, a despeito de desenvolver-se a sua administração numa época em que uma devastadora seca [sic] flagelava a região nordestina. Procurou sanear as finanças do Estado e fundou o primeiro Banco dessa circunscrição; tendo sido iniciada a construção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, cujo primeiro trecho – Natal - Ceará Mirim - foi inaugurado no seu governo, com a presença do conselheiro Afonso Pena, presidente eleito da República, no ensejo em excursão pelo norte do país [...] <sup>52</sup>.*

Além de governador e deputado, exerceu outros cargos na política e na administração. Foi Senador da República, Ministro efetivo da Justiça e da Viação, duas vezes

<sup>50</sup> Ver mais em SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte 1889-1930**. Brasília: Senado Federal, 1989, p. 127, 233.

<sup>51</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**, p. 215.

<sup>52</sup> CASTELO BRANCO, J. M. B. Augusto Tavares de Lyra. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, v.52, 1959. p. 13.

Ministro interino da Fazenda. Ministro e Presidente do Tribunal de Contas, consagrado no “Livro do Mérito”, supremo registro das benemerências nacionais, professor e doutor em Direito, historiador, economista, financista e jurista<sup>53</sup>.

Devemos lembrar a importância que teve Tavares de Lira, na disputa de limites entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte na “Questão de Grossos”. Era Deputado Federal na época e membro da comissão que defendeu o Rio Grande do Norte na Câmara Federal e, em parceria com o desembargador Vicente de Lemos, redigiu um texto que foi denominado: *Apontamentos sobre a questão de limites entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte*<sup>54</sup>, a fim de dar apoio jurídico ao advogado Rui Barbosa, que era o defensor da causa para o Rio Grande do Norte no Supremo Tribunal Federal. Para tanto, pesquisou em vários documentos, tais como a carta régia de dezembro de 1793, registros de terras, de salinas e antigas crônicas históricas. O material pesquisado foi a base para Tavares de Lira e Vicente de Lemos transformarem o texto em livro. Essa disputa impulsionou, como já vimos, a criação do IHGRN, instituição da qual Tavares de Lira foi um dos fundadores e contribuintes de maior grau<sup>55</sup>.

Apesar dos feitos para sua terra natal e da paixão que declarava por ela, Tavares de Lira, depois que a oligarquia Maranhão saiu do cenário do poder, não voltou mais a sua terra, e também deixou a vida política, o que foi explicado, segundo suas palavras em artigo publicado na Revista do IHGB em 1943, quando falou de sua passagem no Senado:

*[...] Três meses antes de findar meu segundo ministério, mudaram os rumos da política norte-riograndense [sic.], apontando-me o caminho do ostracismo, que aceitei sem constrangimento. Embora solidário com os que me acompanharam no infortúnio, nunca mais fui candidato a cargos eletivos. A revolução de 1930 me encontrou no discreto retraimento a que me condenara. Já me não seduziam as lutas acirradas dos partidos. Vivia das recordações do passado, nossas inseparáveis companheiras no entardecer da existência. Felizmente as minhas não eram e não são das mais tristes*<sup>56</sup>.

Em carta enviada ao IHGRN, em 1953, Tavares de Lira confirma tal posição ao anunciar que:

<sup>53</sup> Ver mais em LYRA, Carlos Tavares de. **Tavares de Lyra: uma vida em linha reta**, p. 11.

<sup>54</sup> Ver mais LYRA, Augusto Tavares de; LEMOS, Vicente Simões Pereira de. **Apontamentos sobre a questão de limites entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte**. Natal: Emp. da Gazeta do Comércio, 1904. v. 1.

<sup>55</sup> Ver mais em DANTAS, Lucélia Maria A. Góis Ribeiro. **Tavares de Lyra e a História do Rio Grande do Norte: uma visão da elite política no início do século XX**, p. 12-13.

<sup>56</sup> LIRA, Augusto Tavares de. Minha passagem pelo Senado. In: GANNS, Claudio (Dir.). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 180, 1943. p. 213-214.

*[...] “Depois vieram a adversidade e as decepções. Mudei de campo de ação. Fiz-me juiz do tribunal de contas. Não me seduziram mais os triunfos efêmeros da vida pública. Cumpria lealmente meus deveres de solidariedade com os amigos generosos que me acompanharam no ostracismo; mas para mim, não queria posição de evidência. [...] O que ambicionava, sem prejuízo do consciencioso cumprimento de minhas obrigações funcionais, era apenas viver na solidão de meu gabinete de trabalho e estudos, onde, não raro, me aprazia e me apraz evocar a memória dos companheiros ou antagonistas de outrora. E escrevo páginas de saudades, recordando tempos idos”<sup>57</sup>.*

Segundo o seu filho Carlos Tavares de Lyra, o nosso personagem teria realizado plenamente o conceito, profundamente e verdadeiro, de que “Viveu uma grande e gloriosa vida; uma vida em linha reta, limpa e clara”. Essa idéia de Carlos Tavares, já havia sido expressada por Câmara Cascudo, ao escrever na Revista do IHGRN de 1959. Nesta, Cascudo deixou evidente quem era Tavares de Lira para ele:

*[...] uma vida em linha reta, limpa e clara, sem os escuros misteriosos que explicam, para muitos, a fecundidade ascensional [sic]. Uma existência que se pode evocar sem falha, na cronologia natural e uma seqüência moral incomparável [...] Era a própria História, testemunha, partícipe, confidente e espectador de acontecimentos decisivos. Ouvi-lo era seguir uma viagem maravilhosa através de episódios que se tornaram fatos da História do Brasil [...] Grande vida! Tão fácil para o elogio como difícil para a imitação<sup>58</sup>.*

Teríamos ainda muitos aspectos a comentar sobre a vida de Tavares de Lyra, se esse fosse o nosso principal foco. Embora, sem pretender fazer um estudo biográfico propriamente, precisávamos fazer uma relação do autor com sua vida e com o tempo que viveu, o que na visão de Pierre Bourdieu<sup>59</sup> se trata de uma biografia. Mesmo tendo feito, agora cabe a nós, tratar da vida sim, mas, da vida do “autor”, do sujeito que produziu modelos. Sujeito este, que, na acepção de Michel Foucault, representa:

*[...] A “função-autor” [que] está, portanto ligada aos sistemas legais e institucionais que circunscrevem, determinam e articulam o domínio dos discursos, mas não opera de maneira uniforme em todos os discursos, em todas as ocasiões e em qualquer cultura, não é definida pela atribuição espontânea de um texto ao seu criador e sim através de uma série de procedimentos rigorosos e complexos, e não se refere puramente a um indivíduo concreto, na medida em que dá lugar a uma multiplicidade de egos*

<sup>57</sup> MEDEIROS, Tarcísio. Augusto Tavares de Lyra, o amigo do meu Avô. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. 22, 1959. p. 69.

<sup>58</sup> CÂMARA, Cascudo. Tavares de Lyra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, v. 22, 1959. p. 9/11.

<sup>59</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). *Usos & abusos da história oral*.

*e a uma série de posições subjectivas [sic] que podem ser ocupadas por todo e qualquer indivíduo susceptível de cumprir tal função.[...]»<sup>60</sup>.*

Diante desse postulado de Michel Foucault sobre o que representa a função autor, entendemos ser possível enquadrar nossos sujeitos-historiadores estudados na referida função, visto que ambos significaram uma matriz de modelo historiográfico que foi seguida pelos seus sucessores quando levaram à frente o projeto de escrita de uma história do Rio Grande do Norte, de acordo com suas visões de mundo.

Como já vimos, Tavares de Lira era diretamente ligado à política do Rio Grande do Norte, inserido em uma das maiores oligarquias estaduais. Isso influenciou na sua carreira de historiador e escritor, em vários sentidos, tanto positivamente, quanto negativamente, pois apesar dos quarenta e oito trabalhos que publicou (sem contar os relatórios, os discursos e as mensagens), vinte e nove sendo a respeito da História do Brasil e do Rio Grande do Norte, não foi ele o encarregado pelo governo estadual de escrever sobre o contexto histórico potiguar nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil. O Governo do Rio Grande do Norte encomendou ao historiador paranaense Francisco da Rocha Pombo, que era sócio correspondente do IHGRN, uma obra sobre toda a história do Rio Grande do Norte.

O fato de o Governo Estadual ter excluído o historiador potiguar da responsabilidade da escrita de uma história síntese norte-rio-grandense foi decorrente da desarmonia política<sup>61</sup> vivida por Tavares de Lira no Estado, causada pelas fortes lutas pelo controle do poder no Estado, o que desagradou bastante ao Ministro, que tinha pesquisado muito a respeito de vários dos aspectos referentes à história do estado, e já havia organizado uma obra para a ocasião das comemorações do centenário<sup>62</sup>.

No entanto, o IHGRN, para solucionar o problema causado por questões políticas, encomendou um livro sobre a história do Rio Grande do Norte a Tavares de Lira, também lançado nas comemorações do centenário da independência, e publicado antes do “*História do Rio Grande do Norte*” de Rocha Pombo, encomendado pelo governo do Estado. A ação do IHGRN é compreensível ao atentarmos à forte ligação que Tavares de Lira tinha com a instituição, tendo em vista ter sido ele um dos principais empreendedores de sua fundação.

<sup>60</sup> FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?**, p.21-22.

<sup>61</sup> Essa desarmonia política ocorreu devido ao abalo que teve a Oligarquia Albuquerque Maranhão no início da segunda década do século XX, a decadência da Oligarquia fez com que Tavares de Lira se afastasse de sua terra natal, passando a viver um “Ostracismo Político”, principalmente no que se referiu à política norte-rio-grandense. Ver mais sobre em MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**, p. 212-218.

<sup>62</sup> DANTAS, Lucélia Maria A. Góis Ribeiro. **Tavares de Lyra e a História do Rio Grande do Norte: uma visão da elite política no início do século XX**, p. 21.

Nesse sentido, de acordo com a opinião de Hélio Galvão, sócio do IHGRN, que não estamos interessados em julgá-la, nem ao menos nos colocamos favorável ou contra tal idéia, apenas trazemos para enfatizar os ideais da instituição, para ele: “A *história de Tavares de Lira é mais nossa, mais provinciana, mais estadual, mais local*”<sup>63</sup>. Essa afirmação deixou evidente a idéia difundida pelo instituto, no sentido da preservação de uma identidade local, já que foi valorizado o que o historiador norte-rio-grandense e fundador do instituto escreveu a respeito do Estado, em relação ao que foi escrito pelo historiador paranaense. Valorização feita por um dos membros efetivos da instituição o que comprova ainda mais, as características desse lugar já estudadas.

Diante do exposto sobre Augusto Tavares de Lira, fica nítido o papel que este teve na História do Rio Grande do Norte, em âmbito político, econômico, social e cultural. Antes de analisar a obra em questão, a fim de avaliar as principais características de sua produção histórica sobre o Rio Grande do Norte, iremos compartilhar com a idéia de Michel de Certeau, quando trata da relação da obra com o lugar onde foi produzida. De acordo com ele, o objeto da história ancora-se na conexão saber/ lugar e é permeado pelo corpo social, suas representações que ora sustentam e são sustentadas por discursos produtores de textos históricos que enunciam operações situadas no interior de um conjunto de práticas. Os textos históricos constituem-se enquanto produtos de um lugar que, como prática histórica, acham-se relativamente ligados à estrutura da sociedade. É este lugar funcional e estrutural que dita limites à pesquisa histórica, os quais encontram-se circunscritos pelo lugar. Lugar que produz ao ditar a conexão do possível e impossível na operação histórica<sup>64</sup>.

Sendo assim, os escritos de Tavares de Lira seguiram o modelo vivenciado pelo historiador que representava o IHGRN e tinha algumas marcas, tais como: o uso do empirismo, o discurso elitista visando enaltecer os principais atores da sociedade, vistos dessa forma por se tratarem da camada que detinham a parcela maior da renda e serem os dominantes da política local. Produziu ancorado nos moldes da corrente historiográfica vigente em sua época, da qual ele, Rocha Pombo e Câmara Cascudo foram os grandes símbolos no âmbito da historiografia local. Corrente que foi denominada de *historiografia clássica norte-rio-grandense*<sup>65</sup>, por terem escritos as obras seminais da história do estado, possuírem uma matriz de pensamento conservador e ter sido a partir dela que se percebeu um

---

<sup>63</sup> Ver mais em GALVÃO, Hélio. Tavares de Lira, historiador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, v. 52, 1959. p. 77-78.

<sup>64</sup> Conforme CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**, p.31-64.

<sup>65</sup> Conforme MONTEIRO, Denise Mattos. Balanço da historiografia norte-rio-grandense. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH/ RN: o ofício do historiador, 1.



esforço maior de construção de uma identidade norte-rio-grandense. A tudo isso, pode somar, como características principais, a visão de uma sociedade esvaziada de conflitos sociais; a política como um privilégio das elites e a predominância entre os temas abordados de fatos que exaltassem os feitos dos “grandes homens”.

Nos trabalhos de Tavares de Lira, anteriores ao que foi considerada sua obra clássica, *História do Rio Grande do Norte*, e até nos posteriores referente ao Rio Grande do Norte, percebemos a mesma estrutura no sentido do uso das fontes<sup>66</sup>. Ou seja, a construção de sua história a partir da ordenação cronológica dos fatos que os documentos trabalhados contêm. Como exemplo temos a parte do estudo que ele publicou em vários volumes, cujo primeiro volume é intitulado: *Notas Históricas sobre o Rio Grande do Norte (1500-1564)*<sup>67</sup>, que em sua maior parte é composto por transcrição de documentos, tais como ofícios do Senado da Câmara ao Governo Temporário; ofícios à Junta da Fazenda Pública e tantas outras correspondências oficiais, que buscam “comprovar” a história da política do Estado na época, através da apresentação de documentos de forma ordenada.

A obra clássica de Tavares de Lira foi o coroamento de seu trabalho de pesquisa nos documentos referentes ao Rio Grande do Norte, não só da política, mas um texto que procurou fazer uma grande síntese histórica sobre o Estado Potiguar, abrangendo um período de trezentos anos de história. Intencionava formar uma identidade norte-rio-grandense consolidada, na medida em que prestava as informações sobre as origens dos limites de seu território e como tais limites foram sendo formados e também caracterizando como aconteceu o processo de formação da sociedade.

Dentre as características que possui, o livro de Tavares de Lira é permeado de muitas citações de documentos oficiais e do uso de muitas passagens de crônicas, como no capítulo “A colonização da Capitania até a ocupação holandesa”, ao citar uma passagem sobre Jerônimo de Albuquerque e os indígenas, quando escreveu:

*[...] Diz à crônica que, dele apaixonada, a filha de Arco Verde (Ubirã-Ubi), chefe da horda vencedora, conseguiu de seu pai arrancá-lo ao cativo e à vingança dos seus. E assim ‘o rei do coração da enamorada filha do morubixaba’, dominou por ela os selvagens, que, vivendo em paz duradoura, deram mais tarde aos portugueses apoio decisivo na conquista de todo o Norte [...]*<sup>68</sup>.

<sup>66</sup> Como *Notas Históricas sobre o Rio Grande do Norte (1500-1564)*, 1918; e o *Diccionario histórico e geographico e ethnographico do Brasil*, a parte referente ao Rio Grande do Norte, 1922.

<sup>67</sup> LYRA, Augusto Tavares de. *Notas Históricas sobre o Rio Grande do Norte (1500-1564)* Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1918. v. 1.

<sup>68</sup> LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 27-28.

Tal passagem evidencia sua “lealdade”, seu apego, aos fatos tal como encontrados nas fontes, já que ele está construindo seu parecer da história a partir do que encontra nos relatos de cronistas como no exemplo citado. No texto de Tavares de Lira percebemos a inexistência de conflitos, pois o momento em que ele escreveu e os interesses que defendia eram no âmbito de consolidação da Nação, por isso, era do interesse da historiografia que ele praticava difundir a homogeneização e a paz, corroborando com a idéia que os grandes homens mantinham a ordem do território. A relação amistosa foi defendida por Tavares de Lira no decorrer de toda a sua obra.

Outro momento evidente do que foi discorrido, encontra-se quando o autor escreveu sobre as pazes entre índios e portugueses, ocasionando a criação da povoação nas proximidades da Fortaleza dos Santos Reis. Ao descrever sobre esses momentos, percebemos na história do autor, um esvaziamento de conflitos, escrevendo sobre as conquistas e a construção da Nação sem discórdias, como se os índios se tornassem amigos dos portugueses através da “prudência”, da “confabulação”, da “aceitação” final da “superioridade” portuguesa, de forma “pacífica” e não “impositiva”, sinal próprio da história que Tavares de Lira estava construindo: uma História que difundisse uma civilização pacífica e consolidada. Como exemplo de tais características, o trecho abaixo tem um desses momentos de conquista narrado de forma “poética e apaziguadora”:

*[...] Ilha Grande falou-lhes a linguagem da prudência, e tais razões apresentou, que mereceu os aplausos de todos – especialmente das mulheres, que ‘antes queriam ser escravas dos brancos do que viver em tantos receios de contínuas guerras e rebates’. Convenceram-se os chefes potiguares da conveniência de cessarem as hostilidades contra os portugueses [...]*<sup>69</sup>.

Esse fragmento foi retirado na íntegra da crônica de Frei Vicente de Salvador (1627), e utilizado como suporte para descrever um dos momentos da conquista, o que evidencia mais uma vez o tratamento que é dado às fontes na elaboração dos discursos de Tavares de Lira e que compõem sua obra. Esse tratamento é característico da historiografia na qual Tavares de Lira estava inserido, que era marcada pela não preocupação com a interpretação e análise das fontes. O que interessava para essa corrente historiográfica era a transcrição dos fatos contidos nos documentos que valiam como a prova da veracidade da

<sup>69</sup> LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 29.

história, pois, para essa historiografia, bastava o fato estar descrito no documento e já fazia parte da produção histórica. O que dava validade era “quem” escrevia a história<sup>70</sup>.

Corroborando com a relação que existe entre discurso-obra/lugar da produção, defendida por Michel de Certeau e que já foi previamente discutida, nos remetemos à idéia de que tal procedimento era praticado pelos historiadores ligados ao IHGRN, pois detinham o controle da escrita histórica sobre o período estudado. Reafirmando essa análise temos o estudo feito por Claudia Callari sobre o Instituto de Minas Gerais, quando ela afirmou que:

*[...] É clara, portanto, a vinculação entre a constituição dos Institutos e um movimento maior que se desenvolvia na Europa, que conciliava, no mesmo espaço, um discurso historiográfico emergente e o nacionalismo. É só dentro desta perspectiva que se pode compreender a atuação dos membros do IHGB e sua visão de história. Toda essa produção era marcada pelo “lugar social” do discurso: não se podia esquecer quem falava e de onde falava<sup>71</sup>.*

Como os principais interesses defendidos pelo IHGRN eram voltados para a formação e consolidação de uma identidade regional-local, e sendo os membros dessa instituição pertencentes à elite detentora do poder no Estado e os responsáveis por uma escrita histórica do/sobre o Estado durante o período que a produção do Instituto era hegemônica, era de interesse da elite que compunha o IHGRN que a história difundida fosse de caráter homogêneo e conciliador.

A partir do que foi pesquisado e estudado por nós sobre a produção de Tavares de Lira, ficou evidente o caráter da sua produção histórica norte-rio-grandense e a intenção com que foi produzida, a partir do livro, *História do Rio Grande do Norte* de 1921: um pensamento elitizado e conservador que prioriza os fatos que enalteçam os construtores da nação insentando-os de culpas e responsabilizando-os pelo sucesso da história.

Assim aconteceu, com Luís da Câmara Cascudo. A sua obra, *História do Rio Grande do Norte* de 1955<sup>72</sup>, foi tida como baliza do pensamento historiográfico sobre a formação territorial do Rio Grande do Norte. E comunga com as principais características do que foi escrito por Tavares de Lira sobre o tema. É necessário, todavia, que possamos percorrer pelo itinerário pessoal e profissional de Câmara Cascudo, para entendermos o que

<sup>70</sup> Idéia que se confirmou com o que foi pensado por Claudia Callari ao dizer que: “Ser membro do instituto era sinal automático de competência do autor”, p. 71. Em CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p.59- 83.

<sup>71</sup> CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, p. 72.

<sup>72</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

ele representou para a história do Estado norte-rio-grandense e qual o perfil da historiografia defendida em sua produção histórica.

Em decorrência de já ter explicitado e problematizado o objetivo deste capítulo anteriormente, é válido agora que passemos efetivamente a qualificar Câmara Cascudo, no sentido de também procurar demonstrar como o seu estatuto de autoria, sua marca na escrita norte-rio-grandense foi construída, com base nas idéias defendidas por Michel Foucault já trabalhadas.

Tivemos que fazer muitos recortes para escrever sobre Luís da Câmara Cascudo, devido sua vida de “intelectual” norte-rio-grandense ter sido consagrada nacionalmente e internacionalmente em diferentes áreas do conhecimento. Tem-se uma vasta bibliografia sobre a vida e a obra desse nosso personagem, muitas biografias, muitos depoimentos em revistas do IHGRN e também de outros órgãos. Livros e trabalhos que tratam do estudo da sua produção nas mais variadas áreas. Além de escritos feitos pelo próprio autor, que definiram bem o seu estilo pessoal e profissional.

Diante do interesse primordial que temos, pudemos fazer os recortes sem nos preocuparmos em deixarmos lacunas, pois cabe a nós, nesse momento, mapear a sua vida e o caráter de suas obras sobre o Rio grande do Norte. Para que, com isso, possamos entender como o discurso dele sobre a história norte-rio-grandense foi se definindo, a partir da análise de seu livro *História do Rio Grande do Norte*.

Apesar de termos a delimitação do que desejamos, será muito delicado tentar escrever sobre quem foi Câmara Cascudo e o que representou, juntamente com seus escritos para a história norte-rio-grandense. Mas faremos tal trabalho com a sensatez de não estarmos querendo produzir um estudo “totalizante” sobre o autor em questão.

Sendo assim, trabalharemos com alguns dos artigos escritos por um grupo de bolsistas do projeto de pesquisa coordenado pela professora Margarida de Souza Neves da PUC – Rio de Janeiro, intitulado “*O Encantamento do Passado: Luís da Câmara Cascudo historiador*”. Artigos que discutem temáticas ligadas às características principais de Câmara Cascudo enquanto escritor e historiador<sup>73</sup>. Utilizaremos como suportes para falar de sua vida no geral, o que foi elaborado por Diógenes da Cunha Lima, em seu livro *Câmara Cascudo*:

---

<sup>73</sup> Ver RAMOS, Isabel Tebyriça. **Câmara Cascudo e o pensamento conservador**. Disponível em: <<http://modernosdescobrimientos.inf.br/desc/cascudo/cascudopensamentoconservador.htm>> Acesso em: 25 fev. 2006; BETI, Mariana Giardini. **Câmara Cascudo no solo sagrado da memória**. Disponível em: <<http://modernosdescobrimientos.inf.br/desc/cascudo/cascudopensamentoconservador.htm>> Acesso em: 25 fev. 2006; PAIVA, Tatiana Moreira Campos. **Câmara Cascudo e os da métodos da história clássica**. Disponível em: <<http://modernosdescobrimientos.inf.br/desc/cascudo/cascudopensamentoconservador.htm>> Acesso em: 25 fev. 2006.

*um brasileiro feliz*<sup>74</sup>, o que foi publicado no livro *Personalidades históricas do Rio Grande do Norte: século XVI a XIX*<sup>75</sup>, e também o estudo feito por Zila Mamede publicado na coleção *Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918 – 1968*<sup>76</sup>. E para entender as marcas de seu discurso, analisaremos a sua obra *História do Rio Grande do Norte*, de 1955, e faremos a análise de como o autor a escreveu.

Luís da Câmara Cascudo era filho do Rio Grande do Norte, nascido em Natal em 1898, onde viveu toda sua vida até o seu falecimento em 1986. Nosso personagem pertenceu a uma família rica da cidade, o pai Coronel da Guarda Nacional, Francisco Justino de Oliveira Cascudo, foi um poderoso comerciante do estado, e possuía muitas influências econômicas e políticas.

Os pais de Câmara Cascudo contrariaram a normalidade do que era uma infância no início do século, devido à perda de seus primeiros filhos na tenra infância por doenças da época. O único filho do Coronel Cascudo viveu sua infância de forma bem diferente, com muito cuidado e requinte e ao invés das brincadeiras normais de crianças, ele viveu no mundo dos livros e dos papéis, conforme deixa evidente Zila Mamede, ao dizer que: “[...] *restou-lhe o direito de ver livros de figuras, colecionar estampas de santos e ouvir estórias de trancoso (...). Foi o primeiro menino em Natal, a possuir um quarto para a biblioteca que era visitada, gabada, aludida nos jornais por gente grande*<sup>77</sup>”.

A vida de estudante de Câmara Cascudo foi marcada por uma profunda carga de leituras e descobertas. Estudou de início em colégios religiosos e cursou Humanidades no colégio Atheneu Norte-rio-grandense, onde posteriormente exerceu o seu ofício predileto, o de ser professor, dentre tantos que possuía. Por influência da família e das circunstâncias da sociedade a que pertencia, começou o curso de medicina na Bahia, mas só fez até o quarto ano. Desistiu da área médica ingressando no mundo jurídico, quando foi cursar o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife<sup>78</sup>.

Começou a escrever crônicas no jornal “A Imprensa” com apenas vinte anos. Esse jornal era de propriedade de seu pai, que em virtude de possuir uma condição financeira privilegiada, patrocinou a criação e a manutenção desse jornal para que o filho pudesse ter

<sup>74</sup> LIMA, Diógenes da Cunha. **Câmara Cascudo: um brasileiro feliz**. Comemorativa dos 100 anos do nascimento de Luís da Câmara Cascudo. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Lidador, 1998.

<sup>75</sup> FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. **Personalidades históricas do Rio Grande do Norte: século XVI a XIX**. Natal, 1999.v. 1, p. 114-117.

<sup>76</sup> MAMEDE, Zila. **Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918 – 1968**; bibliografia anotada, Natal: Fundação José Augusto, 1970.

<sup>77</sup> Conforme MAMEDE, Zila. **Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918-1968**, p. 11-12.

<sup>78</sup> FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. **Personalidades históricas do Rio Grande do Norte: século XVI a XIX**, p. 114-117.

espaço de fazer o que mais sabia e gostava de fazer na época, escrever. Mas suas atividades se desdobraram bem mais além do que o exercício diário de jornalista e a prática do Direito<sup>79</sup>.

Devido ao declínio da posição financeira de seu pai, Câmara Cascudo teve que custear os gastos da família com seus esforços profissionais. Começou a dar aulas de História do Brasil no Atheneu Norte-rio-grandense (1933) e, posteriormente, se tornou professor de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1959). Universidade que ele foi um dos mentores da fundação e responsável pelo discurso proferido na aula magna de criação, texto que é conhecido como a “certidão de nascimento” da Universidade<sup>80</sup>.

Seu hábito de leitura nas mais diversas áreas, mas em especial o gosto pelos escritos relacionados à cultura, ao folclore, à etnografia e em especial à história e também suas pesquisas e estudos nessas áreas, o transformaram em um ser que pôde ser considerado por seus estudiosos, e até por quem não era um de seus estudiosos, como antropólogo, etnógrafo, folclorista, historiador, sociólogo e professor. Ao pesquisarmos sobre Câmara Cascudo, nos deparamos com um universo de conhecimentos e depoimentos que revelam o tamanho do interesse do nosso personagem em conhecer e escrever sobre o povo e a terra brasileira e potiguar. De acordo com Raimundo Arrais<sup>81</sup>, Câmara Cascudo, ao ter iniciado suas publicações com as crônicas estava também marcando o início da história do intelectual que “tudo sabe” sobre a cidade que habita, e partir disso ficaria projetada nos escritos do autor o ofício de escrever a memória de Natal nas suas *Actas Diurnas*<sup>82</sup>. As crônicas escritas por Câmara Cascudo no início dos anos vinte do século XX, marcam uma relação entre a entrada da cidade de Natal no cenário da modernidade e a formação de intelectual do autor.

Câmara Cascudo produziu mais de uma centena de obras, sem contar seus trabalhos em jornais, entrevistas, depoimentos e prefácios. Caminhou enquanto escritor por temas de naturezas as mais diversas. Ficou consagrado nacional e internacionalmente, principalmente por sua obra *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954,1962). Para nossa pesquisa interessa o que foi produzido pelo historiador, principalmente, no que concerne ao que foi produzido sobre o Rio Grande do Norte. Lugar que foi o palco de todas as suas produções, pois, como ele mesmo gostava de dizer, era um provinciano, e gostava de viver na casa da província. Ao mergulharmos um pouco no que foi escrito pelo personagem estudado,

---

<sup>79</sup> Ibid., p. 115-116.

<sup>80</sup> NEWTON, Carlos Jr. (Org.) **Portal da Memória**: Universidade Federal do Rio Grande do Norte 45 anos da federalização (1960-2005). Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

<sup>81</sup> Ver mais em CASCUDO, Luís da Câmara. **Crônicas de origem**: a cidade do Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20. Organização e estudo introdutório de Raimundo Arrais. Natal: EDUFRRN, 2005. p.11-12.

<sup>82</sup> Sessão do jornal *A República* onde Câmara Cascudo escrevia suas crônicas.

fica evidenciado, conforme Tatiana Paiva, que Câmara Cascudo via no passado um lugar de símbolos, que servia de base para se descobrir a identidade de um povo, de uma nação, de uma região ou de uma cidade, servindo como suporte para o encontro com as origens da tradição. Sendo o futuro, para o autor, fruto do passado e da ação daqueles que o analisam, os historiadores. O que reafirma o valor que tinha a tradição nos trabalhos de Câmara Cascudo<sup>83</sup>.

Conforme Maria Beti, a visão de história desenvolvida por Luís da Câmara Cascudo é moldada por uma contradição que perpassa, por um lado, por uma memória, que ele utilizou como um resgate e recuperação do passado aparentando uma função meramente interpretativa; e por outro lado, uma história que afirma sua isenção interpretativa e seu caráter meramente informativo. Tal contradição se justifica ao pensarmos que o autor ao escrever sobre a memória, o resgate, estaria preocupado em consolidar sua própria história de vida<sup>84</sup>.

Teve sua consagração como escritor a partir de 1938-39 e, principalmente, no desenrolar da década de 1940. Em 1940 fundou o Centro de Folclore do Rio Grande do Norte, em 1941 fundou a Sociedade Brasileira de Folclore e em 1948 foi nomeado pelo prefeito de Natal, Sílvio Pedroza, como o “Historiador da Cidade”. É esse período que mais nos interessa, foi com esse impulso que Câmara Cascudo publicou *História da Cidade do Natal*, em 1947, e, em 1955, a *História do Rio Grande do Norte*.

Na obra publicada em 1955 sobre a história do Estado potiguar deixa-nos evidente a sua concepção de história logo na apresentação do livro ao afirmar que: “*Esta HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE é um trabalho sistemático de informação menos das fontes impressas do que dos arquivos [...] é uma exposição, uma narrativa, com informações úteis e conclusões dispensáveis*”<sup>85</sup>. Câmara Cascudo defende que o historiador não deve interpretar, nem julgar ou concluir alguma coisa, a história deve ter caráter informativo.

O autor tenta fazer “nascer” a História do Rio Grande do Norte e mostrou uma história que tinha como um de seus principais objetivos a busca pelas origens e seu progresso, idéia que o mesmo corroborou quando escreveu no início da obra que: “[...] tenta-se evocar como nasceu a Capitania do Rio Grande, viveu a Província que é o Estado dos nossos dias”<sup>86</sup>.

<sup>83</sup> Conforme PAIVA, Tatiana Moreira Campos. *Câmara Cascudo e os métodos da história clássica*. Disponível em: <<http://modernosdescobrimentos.inf.br/desc/cascudo/cascudopensamentoconservador.htm>>.

<sup>84</sup> Conforme BETI, Maria Giardini. *Câmara Cascudo no solo da memória*. Disponível em: <<http://modernosdescobrimentos.inf.br/desc/cascudo/cascudopensamentoconservador.htm>>.

<sup>85</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984. [Introdução].

<sup>86</sup> *Ibid.*, [Introdução].

A *História* de Câmara Cascudo sobre o Rio Grande do Norte foi elaborada basicamente com a mesma metodologia, principalmente, com as mesmas fontes utilizadas por Tavares de Lira na sua *História*. Sendo, a obra cascudiana adicionada de outros tipos de documentos que davam a noção mais antropológica visada pelo autor, que pretendia dar conta da descrição dos costumes e características do povo norte-rio-grandense, obtidos nas fontes orais, por exemplo.

Câmara Cascudo dividiu sua obra por assuntos, na tentativa de esgotar as temáticas gradativamente, fazendo uma história característica de sua época, na qual privilegiava as origens, os grandes personagens e acontecimentos. O autor falou do surgimento da Capitania do Rio Grande e dos principais atores que participaram da consolidação da mesma. Segundo Américo de Oliveira Costa – membro da academia norte-rio-grandense e sócio do IHGRN – no livro *História do Rio Grande do Norte*, Câmara Cascudo, “[...] estabelece o processo de evolução social e política do território, afirmando-se, resistindo, avançando, desde os precários organismos comunitários, desde as iniciais células de fixação, após as rudes manhãs da conquista, da expulsão dos invasores, da colonização”<sup>87</sup>.

Em muitas passagens o autor cita suas fontes e até as comenta, como quando cita Frei Vicente do Salvador, ao narrar sobre a fundação da cidade de Natal, quando escreveu:

*[...] Frei Vicente do Salvador ensina: “Feitas as pazes com os Potiguares, como fica dito, se começou logo a fazer uma povoação no Rio Grande uma légua do Forte, a que chamam CIDADE DOS REIS, a qual governa também o capitão do forte, que El-Rei costuma mandar cada três anos”. Cidade dos Reis e não Natal [...]*<sup>88</sup>.

Câmara Cascudo ao citar o cronista na passagem acima, apesar de o reproduzir, estabeleceu comentários em relação ao documento citado. Concordando com a denominação que o cronista deu a cidade, embora comente que o nome foi corrigido. O que não é comum em sua obra e nas obras da historiografia da época, já que estas são pautadas pela “verdade” que se encontra nos documentos. Embora nessa passagem da obra o autor tenha citado e até comentado sua fonte, em outras, mesmo sobre a mesma temática abordada, ele narra sem sequer citar de onde tirou suas informações. Como exemplo quando ele discorre, ainda, sobre a fundação de Natal:

<sup>87</sup> COSTA, Américo de Oliveira. *Viagem ao universo de Câmara Cascudo*. Natal: Fundação José Augusto 1969.

<sup>88</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 27.



*[...] O ponto tradicional, tido e havido onde a cidade foi fundada é a atual Praça André de Albuquerque, Largo da Matriz, Rio Grande de outrora. Teriam celebrado Missa e erguido uma capelinha que, no mesmo ponto e sob reformas incessantes através do tempo, é a Catedral, ma mesma praça [...] Nesse 1614 a Igreja Matriz não tinha portas mas [sic.] Natal era Cidade para todos os efeitos. E ficou sendo sem jamais ter sido vila. Mas possuía 12 casas [...] <sup>89</sup>.*

O trecho acima nos faz pensar que o autor vivenciou o momento narrado, devido à “verdade” que expressa como tal fato aconteceu. Essa característica, de não se preocupar em provar o que escreveu, através da fundamentação de seus escritos com a informação da fonte utilizada, era bem própria de autores como Câmara Cascudo e Tavares de Lira, que escreveram em um momento e inseridos em um lugar de produção no qual o que importava era a descrição do historiador e não necessariamente a comprovação, pois, o nome de quem escrevia já era suficiente para fazer da obra uma *História*.

Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo se constituíram enquanto autores, uma vez que o que escreveram serviu como paradigma para um longo período da historiografia norte-rio-grandense e que até os dias atuais reproduzem frutos, embora atualmente já sejam objetos de algumas críticas, tendo em vista, o momento atual da historiografia, que objetiva a interpretação, no intuito de responder a possíveis problemáticas contemporâneas.

A escola principal da formação dos autores mencionados foi o IHGB, que no caso específico refletiu seus ensinamentos no IHGRN. A arte da produção da história realizada por eles era reflexo do que difundiam essas instituições.

A forma de escrever de Câmara Cascudo representava claramente os interesses difundidos pelo Instituto, nos quais predominava o fortalecimento da Nação, da região, da elite e a “paz” nos processos de Conquista dos territórios. O trecho abaixo evidencia o que era almejado para os que faziam a escrita da história, tendo em vista que era preciso a submissão dos nativos para que a história dos colonizadores se efetivassem, sendo essa a história da qual Câmara Cascudo era construtor :

*[...] Era indispensável a pacificação da massa indígena, insubmissa, reatacando sempre, transformando a vida dos brancos num estado permanente de inquietação bravia e áspera [...] <sup>90</sup>*

<sup>89</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 28-29.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 26.

Não era do interesse da história feita pelos que faziam os institutos a difusão das brigas e dos conflitos internos, por esse motivo o que Câmara Cascudo escreveu acima se torna legítimo, pois ele expressou o desejo dos herdeiros da colonização, ou seja, dos que detinham o poder sobre o que deveria ser escrito. A história era para efetivar a identidade local e não disseminar os obstáculos para a conquista dessa identidade.

Depois de mapearmos um pouco da vida e das *Histórias do Rio Grande do Norte* desses sujeitos-historiadores, podemos constatar que eles foram frutos memoráveis do ambiente que viveram e da sociedade que foram formados. O que escreviam para época e na época eram consideradas as “verdadeiras” histórias do Estado, já que o momento de suas produções se enquadrou em um momento da historiografia em que o nome de quem escrevia dava sustentação ao conteúdo contido na obra.

Diante do exposto nos é pertinente a partir de agora centrarmos nossa investigação na especificidade do discurso produzido pelos autores acerca da atuação jesuítica na Capitania do Rio Grande, nosso principal enfoque, tendo em vista que o lugar da produção e os sujeitos já foram previamente qualificados. Sendo a análise do discurso nosso principal método e embasamento daqui por diante.

### 3 OS JESUÍTAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE NOS DISCURSOS DE TAVARES DE LIRA E CÂMARA CASCUDO

Na América Portuguesa, a Companhia de Jesus foi responsável pela intermediação nas relações entre índios e colonos no que diz respeito às questões envolvendo o uso da terra e o aproveitamento da mão de obra, escrava ou livre. No que concerne à Capitania do Rio Grande, a Historiografia Clássica Norte-rio-grandense referenciou a atuação dos inacianos nos diversos momentos, dos três primeiros séculos da conquista, enfocando, sobretudo, o caráter de mediação desenvolvido pelos missionários junto à população nativa. Partindo desse pressuposto, objetivamos efetivar uma análise dessa historiografia no intuito de verificar como autores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte descreveram a atuação missionária jesuítica na Capitania do Rio Grande.

Como já apresentamos, por Historiografia Clássica Norte-rio-grandense entendemos, conforme Denise Monteiro, o que corresponde à primeira fase da produção histórica potiguar, que perdurou durante os primeiros setenta anos do século XX. Foi caracterizada pela produção de historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte que tinham sua matriz teórica ligada ao século XIX quanto à concepção de história e escrita da história, tendo como principais características a predominância da descrição sobre a interpretação, originando uma história factual no sentido de não apresentar análises mais profundas sobre as bases documentais estudadas. Essa historiografia, cujos principais representantes foram Tavares de Lira, Rocha Pombo e Câmara Cascudo, transformou-se em uma matriz para os trabalhos posteriores, sejam eruditos ou acadêmicos<sup>91</sup>.

Tavares de Lira e Câmara Cascudo fizeram parte de uma historiografia ligada ao IHGRN que se vinculava ao modelo do IHGB, preocupados com as construções das história locais e nacionais. Dentro desse momento, a História do Rio Grande do Norte foi construída, com características, entre outras, a de não trazerem bibliografias, nem listagem das fontes utilizadas ao fim da obra, mas a de fazerem referências no corpo do texto à bibliografia consultada, citando, às vezes, autor, título, volumes e páginas; e de utilizarem aspas para identificar as citações, e a de expressarem o discurso das fontes, na medida em que citam

---

<sup>91</sup> Conforme TAKEYA, Denise Monteiro. História do Rio Grande do Norte: questões metodológicas - historiografia e história regional, **Caderno de História**, Natal: Ed. UFRN, v.1, n.1, p 8- 11, jul./dez. 1994. Ver mais MONTEIRO, Denise Mattos. Balanço da Historiografia Norte-riograndense. In: Encontro Regional da ANPUH/ RN: o ofício do historiador, I. 2004, Natal. **ANAIS...** Natal: EDUFRN, 2006.

longas passagens e ao final concluem a sua versão da história a partir do que foi dito pelos documentos.

Partindo da noção de que historiografia é um discurso que surge de determinados lugares e interesses distintos, iremos realizar nesse capítulo uma análise dos discursos historiográficos produzidos por Tavares de Lira e Câmara Cascudo quando se referiram a atuação Inaciana na Capitania do Rio Grande, visto que, anteriormente qualificamos o lugar de produção e os autores em questão. O que percebemos foi que esses autores sofreram as influências dos Institutos Históricos e Geográficos brasileiro e local, e também foram influenciados pela elite da qual faziam parte, elaboraram uma visão sobre os jesuítas de acordo com os interesses de tal ambiente.

A fim de analisar os procedimentos metodológicos dos autores, vamos primeiro entender o discurso produzido por eles a respeito dos jesuítas em suas *histórias* do Rio Grande do Norte. Para realizar tal feito tomamos por base teórica, as idéias expressas na obra de Michel Foucault, *A ordem do discurso*, onde o autor, entre outros aspectos, expressa que, “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorearnos [sic]<sup>92</sup>”. Partindo desse pensamento de Foucault, analisaremos os discursos dos nossos autores em questão, percebendo como os jesuítas foram trabalhados nos seus discursos.

É sabido que os trabalhos referentes às missões religiosas no Brasil estiveram em evidência constantemente e tal evidência se deu pelo fato de que, para alguns historiadores, foi de grande importância histórica o que as missões desenvolveram no território colonial. Segundo Fátima Martins Lopes, o enfoque dado a esses estudos quase sempre surgia de interesses externos a elas. Os estudos que surgiam a partir das missões em sua maioria eram direcionados ideologicamente, e serviam como instrumentos de disputas acadêmicas e políticas<sup>93</sup>.

O tratamento dado pela historiografia brasileira que se dedicou aos estudos das missões religiosas, especificamente dos jesuítas, foi prioritariamente relacionado com a capacidade dos padres de serem “mediadores culturais<sup>94</sup>” entre os dois mundos - o europeu e

---

<sup>92</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Disponível em <<http://www.ciberfil.hpg.ig.com.br>>. Acesso em: 24 nov. 2005.

<sup>93</sup> LOPES, Fátima Martins. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. 1999. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999. p. 11.

<sup>94</sup> Entendemos *Mediadores Culturais*, como sendo, agentes sociais que favorecem as transferências e os diálogos entre universos aparentemente incompatíveis, elaborando mediações<sup>94</sup>, muitas vezes insólitas e contribuindo com

o americano -, ou seja, seu papel político que foi tão reverenciado durante o processo de colonização. Uma vertente da historiografia viu os jesuítas como meros “destruidores de almas” e a outra os enalteceu como os “heróis” responsáveis pelo sucesso da colonização portuguesa na América<sup>95</sup>. Da historiografia nacional que trabalhou sobre os jesuítas no Brasil escolhemos dois autores, que tiveram opiniões bem opostas e sendo assim, caracterizaram o debate da historiografia nacional pró e contra os jesuítas; que foram Júlio Pernetta e Serafim Leite.

Júlio Pernetta foi escritor, jornalista e conferencista, marcado por um estilo polêmico e rebelde, suas obras tinham como característica, entre outras, o ataque à Igreja Católica com uma crítica áspera e hostil. Em seu livro *Missões Jesuíticas no Brasil*, de 1903, fez uma crítica rigorosa e direta à Igreja Católica, especificamente aos jesuítas que vieram com as Missões para o Brasil, durante a colonização, no século XVI. O autor citou em seu trabalho outros escritores como, Alexandre Herculano, Rodrigo Octavio e Gonçalves Dias, já que estes também tinham opiniões contrárias ao sistema de colonização imposto por Portugal e principalmente contra a “falsa bondade” dos jesuítas ao catequizar os índios. O autor tentou mostrar em seu livro que não existiu nenhuma consequência positiva no fato da América Portuguesa ter sido colonizada pelos portugueses e evangelizada e educada pelos jesuítas. Júlio Pernetta se caracterizou entre os escritores brasileiros que atacou severamente a Igreja Católica<sup>96</sup>.

A obra do Padre Jesuíta Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1938-50, foi feita sob encomenda da Ordem jesuítica ao escritor que a partir de 1929 começou sua carreira intelectual na Companhia, em 1932 foi indicado para escrever a história da Sociedade desde sua fundação. Foi determinado a Serafim Leite que escrevesse uma história da Companhia no Brasil que fosse “científica e completa”, baseada em métodos “modernos” e que utilizasse as mesmas “cartas e relações dos próprios atores”. A obra de Serafim Leite foi

---

sua articulação para a permeabilização das fronteiras culturais, são os responsáveis pelo trânsito de e entre culturas, tal conceito nos faz remeter as ações empreendidas pelos jesuítas, segundo as histórias por nós analisadas. (Esse conceito foi retirado de QUEIJA, Berta Ares; GRUZINSKI, Serge (Coord.). **Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE MEDIADORES CULTURAIS, 1. , Sevilha, 1997. p. 10. e de PAIVA, E. F; Anastasia, C. M. J. (Org.). **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver: séculos XVI a XIX**. São Paulo, Belo Horizonte: Annablume: PPGH- UFMG, 2002. p. 9.

<sup>95</sup> Ver mais sobre esses estudos do livro de Júlio Pernetta, *Missões jesuíticas no Brasil* (1903), que segundo consta na introdução de LOPES, Fátima Martins. Op. cit, esse autor se coloca na perspectiva dos que abominam a ação dos missionários, na visão oposta temos os que enalteciam a ação jesuítica como o historiador da ordem o Padre Serafim Leite em sua obra *História da Companhia de Jesus no Brasil* (1938).

<sup>96</sup> Ver mais a respeito dessa análise sobre a obra de Júlio Pernetta no estudo feito por VICENTE, Natália Simões de. *O satanismo na obra de Júlio Pernetta*. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2004. p. 43-44, 46-47.

escrita com base no que continham as cartas dos missionários. Devido ao autor pertencer à Ordem e, principalmente, ter sido uma história feita por encomenda, é que ela se coloca no lado oposto no debate em relação ao que foi escrito por Júlio Pernet. Serafim Leite escreveu sobre os jesuítas como sendo estes, os “heróis abnegados” e também como os responsáveis pelo “sucesso” da colonização brasileira<sup>97</sup>.

A Historiografia Clássica Norte-rio-grandense foi influenciada pelo que estava sendo escrito na historiografia nacional, principalmente a que os considerava heróis da colonização, e sendo assim, os jesuítas foram tidos como coadjuvantes no processo de conquista da capitania e de fundação da cidade de Natal, não sendo feita nenhuma análise mais apurada da atuação inaciana na Capitania do Rio Grande. De acordo com Fátima Martins Lopes, os primeiros pesquisadores-historiadores, sócios do IHGRN, realizaram suas pesquisas no acervo de documentos do próprio Instituto e se utilizaram também dos relatos dos cronistas, publicando os resultados na Revista da instituição. Os historiadores tradicionais abordaram o tema das missões no Estado de forma superficial, pois tinham uma preocupação direcionada a história da colonização portuguesa na Capitania do Rio Grande, como exemplos desses autores têm: Vicente Lemos, Tavares de Lira, Rocha Pombo, Câmara Cascudo e Tarcísio Medeiros<sup>98</sup>.

Diante do interesse de estudar como a atuação inaciana foi percebida nos trabalhos da Historiografia Clássica Norte-rio-grandense - especificamente nos livros *História do Rio Grande do Norte*, de Tavares de Lira e Câmara Cascudo -, procuramos entender quais foram os procedimentos metodológicos utilizados por esses autores na análise das fontes e também em que medida eles reproduziram os conceitos encontrados nos documentos trabalhados. Para efetivar o nosso objetivo, escolhemos alguns conceitos utilizados pelos autores supracitados, tais como, *catequese*, *conversão* e *pacificação*, para estabelecer a existência de uso comum ou não com os conceitos de suas fontes.

Podemos afirmar, de acordo com o que pesquisamos no material que foi encontrado sobre os jesuítas na Capitania do Rio Grande, que a historiografia produzida pelo IHGRN compartilhou das idéias do lado da historiografia nacional que considerava essencial o trabalho realizado pelos missionários na conquista dos territórios coloniais. Dizemos isso

---

<sup>97</sup> Ver mais a respeito dessa análise sobre a obra de Serafim Leite no trabalho realizado por PORTO, Maria Emília Monteiro. **Jesuítas na Capitania do Rio Grande séculos XVI-XVIII: arcaicos e modernos**. 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Salamanca, Espanha, 2000. p. 33.

<sup>98</sup> LOPES, Fátima Martins. **Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**, p. 12.

porque nos dois autores estudados<sup>99</sup> o que encontramos retirado de cronistas e outros documentos locais nos fazem agrupá-los ao lado dos que responsabilizam os missionários pelos sucessos obtidos na colonização.

Seguindo a mesma lógica, Câmara Cascudo cita em sua história do Rio Grande do Norte, muitas passagens da ação dos jesuítas e utiliza como principal fonte para o assunto, a obra de Serafim Leite que já tinha organizado e publicado as fontes da Ordem na sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*<sup>100</sup>, a partir de 1938. Na *História* de Câmara Cascudo ficam mais explícitos os feitos que os jesuítas realizaram, como no trecho abaixo:

*[...] Gaspar de Samperes, jesuíta, engenheiro e arquiteto, construtor do Forte dos Reis Magos em Natal, grande catequista, pacificador dos Potiguares nos inícios da colonização, batizou Potiguaçu e seus filhos, com o Padre Simão Dias. Voltou várias vezes à cidade do Natal. Prestando assistência religiosa foi preso no Arraial nos arredores do Recife, e deportado pelos holandeses [...]*<sup>101</sup>.

No que foi escrito sobre os jesuítas na História da Capitania do Rio Grande pelos dois autores estudados, percebemos que foram colocados como responsáveis pela mediação cultural na conquista da capitania, atuando na busca pela “paz” nos conflitos entre indígenas e colonos. Esta historiografia não se preocupou em estudar os diferentes significados da referida atuação, deixando-a apenas evidente como elemento propiciador da colonização e colocando os jesuítas a favor da atuação dos colonos. Tal posicionamento é compreensível, tendo em vista que a produção de Tavares de Lira e Câmara Cascudo atendia ao momento da historiografia do início do século XX, que estava preocupada com a construção e consolidação de uma identidade própria.

Augusto Tavares de Lira utilizou autores locais, como Vicente de Lemos; regionais – José Higino, Pereira da Costa e Barão de Studart; e nacionais – Gonçalves Dias, Rocha Pombo, Francisco Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, Capistrano de Abreu e Affonso de Taunay, tanto em suas publicações individuais como nas revistas dos Institutos (nacional e local). Utilizou-se de cronistas luso-brasileiros, como Frei Jaboação, Gabriel Soares de Souza, Frei Vicente do Salvador e também alguns cronistas holandeses, a exemplo

<sup>99</sup> No caso de Tavares de Lira primeiramente, não foi encontrada na obra nenhuma fonte especificamente jesuítica, já que no período de produção de sua História do Rio Grande do Norte, as fontes jesuíticas ainda não haviam sido organizadas em publicação. O que faz com que compreendamos a pouca menção que Tavares de Lira fez aos jesuítas.

<sup>100</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1938.

<sup>101</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984. p. 33.

de Johan Nieuhof. O autor trabalhou com poucos documentos referentes aos jesuítas principalmente porque ainda não havia sido publicada a *História da Companhia de Jesus no Brasil* de Serafim Leite que trouxe a público muitos dos documentos da Ordem. Mas utilizou os documentos coloniais oficiais existentes no IHGRN, reproduzindo o discurso tanto de suas fontes documentais como de suas fontes historiográficas, apesar de muitas vezes não expressar a localização dos mesmos. Como exemplo dessas afirmações temos a narrativa da expedição de conquista de Manuel Mascarenhas Homem, quando Tavares de Lira cita uma longa passagem retirada de Frei Vicente de Salvador, e ao fim da passagem apenas escreveu “[...] *Estava feita a conquista*”<sup>102</sup>.

Tavares de Lira, ao se propor a escrever a *História* do Rio Grande do Norte, estava preocupado com a totalidade dos acontecimentos. Reproduziu muitas passagens das suas fontes, até porque a historiografia da qual ele era herdeiro não se preocupava em problematizar, mas sim em narrar os fatos históricos. Essa compreensão se faz a partir do entendimento de que a produção historiográfica está ligada diretamente com o Contexto Histórico em que é produzida, ou seja, de acordo com Michel de Certeau, a escrita da história depende do sujeito e do lugar de onde se escreve. É a partir do lugar da produção que são determinadas as histórias e suas relações de poder e de saber<sup>103</sup>.

Um dos resultados dessa pesquisa é a percepção da continuidade da utilização de alguns conceitos utilizados nos documentos coloniais, que demonstram o papel dos missionários conforme o primeiro momento do processo de colonização, deixando de fora a fase das missões de aldeamento, durante e após a guerra dos Bárbaros, e a da política pombalina<sup>104</sup>. A partir do estudo dos conceitos utilizados como *pacificação*, *salvação*, *catequização*, entre outros, percebemos que o discurso que foi construído a respeito da atuação inaciana, foi um discurso reprodutor do que as fontes “falaram”. No caso do que foi escrito por Tavares de Lira, podemos dizer que foi baseado no que os cronistas escreveram. As passagens sobre a atuação jesuíta na Capitania são em sua maioria retiradas das crônicas de Frei Vicente do Salvador.

<sup>102</sup> Ver mais em LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**, p. 25.

<sup>103</sup> Ver mais em CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da História**, 2002.

<sup>104</sup> Para saber mais sobre o período missionário no Rio Grande, sobretudo acerca das missões de aldeamento, ver LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. 2003. Trata-se, originalmente, de um trabalho premiado no concurso Janduí/Potiguaçu (1997), que foi baseado na dissertação de mestrado defendida pela autora na UFPE em 1999. A respeito da política pombalina no Rio Grande do Norte, consultar LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII**. 2005. Tese (Doutorado em História do Brasil) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.



Baseado no entendimento de Foucault sobre a intenção com que é elaborado um discurso, com seus interesses estabelecidos, percebemos no que Tavares de Lira escreveu a respeito da conquista e colonização da Capitania do Rio Grande, o quanto ele estava preocupado em narrar a homogeneização nos resultados. E analisando esse discurso sobre o nosso objeto principal, fica também evidente a “importância” que foi dada aos jesuítas, visto que eles contribuíram de acordo com essa história para que as realizações dos acordos terminassem na “paz”. Para ilustrar tal idéia temos nesse trecho abaixo, algumas características que davam valor aos missionários estarem presentes na conquista empreendida por Manuel Marascarenhas Homem, retirado diretamente de Frei Vicente do Salvador:

*[...] Por terra, com o capitão-mor Manuel Marascarenhas, foram três companhias de gente de pé, de que eram capitães Jerônimo de Albuquerque, Jorge de Albuquerque, seu irmão, e Antônio Leitão Mirim, e uma de cavalos, que guiava Manuel Leitão; os quais chegados uns e outros à Paraíba, se ordenou que Manuel Mascarenhas fosse por mar ao Rio Grande, na armada que veio de Pernambuco, e levasse consigo o Padre Gaspar de São João Peres, da Companhia, por ser grande arquiteto e engenheiro, para traçar a fortaleza, com seu companheiro o Padre Lemos [...]*<sup>105</sup>.

No trecho acima fica evidenciado o que era perceptível quanto aos jesuítas na História de Tavares de Lira, o que era valorizado e por isso escrito como suporte para a construção da “Nação” homogênea e forte, o caráter militar, a capacidade deles em serem mediadores culturais e o papel deles enquanto engenheiros e arquitetos, ajudando nas empreitadas colonizadoras.

Outras atitudes foram atribuídas na história do Rio Grande do Norte aos padres da Ordem de Santo Inácio, tais atitudes estão dentro da lógica que estamos exemplificando na qual Tavares de Lira se colocou no lado dos que escreveram “a favor” da atuação jesuítica nos processos de Conquista e Colonização. Como exemplo do que escrevemos temos uma passagem do texto, que o autor reproduz Frei Vicente do Salvador ao responsabilizar os padres pelo “sucesso” dos relacionamentos entre nativos, colonos e colonizadores:

*[...] No dia seguinte, pela manhã, mandou Manuel Mascarenhas dois caravelões descobrir o rio, o qual descoberto, e seguro, entrou a armada à tarde guiada pelos marinheiros dos caravelões que o tinham sondado, aí desembarcaram de varas de manguês para começarem a fazer o forte, e se defenderem dos potiguares, que não tardaram muitos dias que não viessem uma madrugada infinitos, acompanhados de cinqüentas franceses, que haviam ficado das naus do porto dos Búzios, e outros que aí estavam casados com potiguares, os quais, rodeando a nossa cerca, feriram muito dos nossos*

<sup>105</sup> LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**, p. 21.

*com pelouros e fechas [...] depois veio um índio chamado Surupibeba pelo rio abaixo em uma jangada de juncos, apregoando paz, o qual prenderam em ferros; e com estar preso mostrava tanta arrogância, que vendo o aparato com que Manuel Mascarenhas se tratava, e comia, disse que o não haviam de tratar menos, e assim lhe davam bom tratamento, e por persuasão dos padres da Companhia, posto que contradizendo o nosso irmão frei Bernardino, que conhecia bem suas traições e enganos, enfim Mascarenhas o soltou, e mandou, prometendo-lhe o índio de trazer todo o gentio de paz, para o que lhe deu vestidos, e outras coisas que pudesse dar aos seus [...]*<sup>106</sup>.(grifo nosso).

Encontramos no livro de Tavares de Lira, a atuação dos inacianos nos momentos das tentativas de negociações entre os índios e os portugueses. Ao contar sua versão sobre esse período, o autor deixou descrito as relações dos missionários com os nativos, e também com os colonos, narrando os primeiros momentos do contato, enquanto os jesuítas estavam em harmonia com os colonos. Em outras passagens encontramos outras narrativas sobre este primeiro momento da conquista e depois somente sobre a expulsão por Pombal e as suas conseqüências, mas o intervalo entre esse período inicial da colonização da Capitania e a expulsão é omitido da história na qual pesquisamos. O estudo sobre o período das missões na Capitania do Rio Grande foi realizado de forma “superficial” por Tavares de Lira e entendemos essa omissão porque o século XVIII foi tido, por ele, como um período de paz, sem acontecimentos marcantes, por isso não merecendo destaque na historiografia<sup>107</sup>.

Também podemos explicar tal omissão, ao pensarmos nas principais fontes utilizadas por nosso autor na construção de sua história sobre a temática. Tavares de Lira utilizou prioritariamente Frei Vicente do Salvador (1627), com isso só poderia escrever mais a fundo sobre os fatos descritos pelo cronista, e que haviam acontecido no primeiro momento da conquista, que era o motivo da preocupação do cronista, e conseqüentemente do historiador já que sua história era a “reprodução” do que estava nas fontes. O segundo período da conquista, no que se refere às missões correspondente ao século XVIII, foi pouquíssimo explorado por Tavares de Lira que só volta à temática quando as conseqüências da atuação missionária voltariam a contribuir para a história da nação brasileira e norte-rio-grandense. Sendo assim, os jesuítas ganharam espaços novamente na história, no período de sua expulsão.

Os jesuítas foram expulsos do território colonial em 1759, pelo decreto do Marquês de Pombal, e na história de Tavares de Lira sobre esses missionários, eles

<sup>106</sup> LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 22.

<sup>107</sup> Consultar LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*, p. 21.

permaneceram importantes pelas conseqüências que a ausência de seus trabalhos deixaram nas terras norte-rio-grandenses. Segundo escreveu o autor, sobre esse período:

*[...] Com a criação das novas vilas, desapareceram todas as missões e os indígenas passaram a ser governados pelos diretores, que sucederam aos padres. A mudança foi para o pior: estes, embora não conservassem a mesma abnegação e o mesmo desprendimento de que tinham tão notáveis exemplos nas primitivas reduções, pelo menos ainda liberalizavam o consolo da fé, propagavam o ensino e pregavam a moralidade dos costumes, aqueles exploravam, escravizavam, martirizavam. E a conseqüência foi que, em grande parte, os índios aldeados voltaram à vida errante dos primeiros tempos, sendo perseguidos e esmagados<sup>108</sup>. (grifo nosso)*

Diante do que pesquisamos no livro de Tavares de Lira sobre a atuação inaciana, ficou evidente que a presença dos padres, mesmo não tendo ocupado grande espaço em sua narrativa, foi considerada como uma atuação “benéfica” para que a posse da terra se consolidasse para colonização e para que os índios aceitassem a situação que lhes foi imposta. Apesar de não termos encontrado explícitos literalmente os conceitos *pacificação, salvação e catequização* nos escritos de Tavares de Lira, nós encontramos as idéias que tais conceitos expressavam, como a homogeneização e harmonia das relações e o desejo da construção de uma “nação” católica e unificada, como sendo as bases principais de um país civilizado. Sendo assim, o que foi encontrado na *História* desse autor, sobre os jesuítas corroborou com os ideais que os conceitos citados procuravam expressar, como: a facilidade de conquista que os missionários proporcionaram aos colonizadores, “omitindo” assim, os possíveis resultados negativos da colonização.

Câmara Cascudo, também se propôs fazer a escrita de uma história total do Estado do Rio Grande do Norte. Posterior a Tavares de Lira, mas possuidor da mesma matriz teórica em relação à escrita da história, utilizou historiadores nacionais, como Francisco Varnhagen, Rocha Pombo e Serafim Leite; locais, como Vicente de Lemos e o próprio Tavares de Lira, além de muitos cronistas publicados nas revistas do IHGB e do IHGRN. A diferença básica nos escritos sobre os jesuítas dos dois autores são as fontes documentais que foram utilizadas. Isto porque Câmara Cascudo, além das locais já teve a possibilidade de usar documentos da ordem jesuítica, como os que foram organizados e publicados pelo Padre Serafim Leite, com início na publicação da *História da Companhia de Jesus (1938 -1850)*, da *Monumenta Brasiliae (1956 -1960)* e das cartas jesuíticas.

<sup>108</sup> LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 151.

Encontramos nos escritos de Câmara Cascudo, várias passagens que citam a atuação inaciana em terras potiguares. Antes mesmo da publicação de sua *História do Rio Grande do Norte*, o autor já havia escrito sobre esses missionários em, 1940, no artigo: *Os Jesuítas no Rio Grande do Norte*, em que descreveu os feitos que os missionários realizaram no território potiguar. Nesse artigo utiliza como fonte alguns cronistas, como Henry Koster, Frei Vicente do Salvador e já toma posicionamento quanto a essa atuação ao afirmar que:

*[...] Foram os primeiros catequistas da Capitania... Os dois jesuítas são [sic] a velocidade inicial na conquista católica. Procuram os Potiguares ariscos, conversam, discutem, convencem... Francisco Pinto e Samperes são os diplomatas vitoriosos entre portugueses e índios da Cupaóba...Deve o Rio Grande do Norte aos Jesuítas o plano da fortaleza, a escolha provavel [sic.] do local e denominação da Cidade, a pacificação indígena, indispensavel [sic] para o estabelecimento regular dum nucleo [sic] europeu [...]*<sup>109</sup>.

Esse trecho deixa evidente que o olhar de Câmara Cascudo sobre os jesuítas, era dotado de um “encantamento”, no sentido de que o autor referia-se a respeito dos padres de forma agradecida, enaltecendo o caráter de mediadores culturais, militares e arquitetos – engenheiros. Essa idéia foi sendo comprovada à medida em que pesquisávamos sobre o que Cascudo escreveu sobre o tema, e mesmo sobre o que falou em ocasiões solenes, como orador oficial do IHGRN, quando expressou sua opinião em relação aos “soldados de Santo Inácio”. Por exemplo, quando em sessão solene organizada pelo IHGRN, em vinte e sete de setembro de 1940, em comemoração ao quarto centenário da Fundação da Companhia de Jesus. Segundo consta na ata da sessão, publicada na Revista do IHGRN:

*[...] produziu [sic] uma brilhante oração, pela qual historiou toda a obra patriótica e christã [sic] dos discípulos de Inácio de Loiola. O orador demonstrou o heroísmo de Anchieta e continuando, disse que tivemos paginas maravilhosas nas epopéias da Catequese dos indígenas e que os nomes gloriosos de Nóbrega, José de Anchieta, Aspicuelta Navarro e centenas de outros fazem parte integrante da própria civilização [sic] brasileira, como os mais decididos fatores de progresso, ao lado das forças colonisadoras [sic]. Disse que o Rio Grande do Norte deve muito aos padres jesuítas. De um jesuíta é a planta da fortaleza dos Reis Magos e as vilas de Estremoz [sic] e Ares, hoje cidades, foram aldeias entregues ao seu cuidadoso pastoreio espiritual.[...]*<sup>110</sup>.(grifo nosso).

<sup>109</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Os jesuítas no Rio Grande do Norte. *Estudos Brasileiros*, ano 3, v. 5, n.13/14, p. 199-208, jul./out. 1940.p. 200-201.

<sup>110</sup> ATA da sessão solene comemorativa do quarto centenário da Fundação da Companhia de Jesus, do dia 27 de setembro de 1940. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. 32/ 37, 1935-1940. p. 178-179.

O fragmento em destaque: *fazem parte integrante da própria civilização* [sic] *brasileira, como os mais decididos fatores de progresso, ao lado das forças colonizadoras* [sic] evidencia o porquê do tratamento de Câmara Cascudo aos jesuítas. A *História* escrita por ele era preocupada com a idéia de construção e confirmação de uma civilização e identidade local, e sendo assim via os missionários como responsáveis diretos do sucesso colonizador de formação do território norte-rio-grandense. Por isso, os inacianos foram considerados positivamente na historiografia que Cascudo delineava, tendo em vista que, naquele momento historiográfico da primeira metade do século XX, o que interessava eram fatores que somassem à idéia de unidade e progresso na história do Rio Grande do Norte e do Brasil.

As opiniões de Câmara Cascudo em seu livro *História do Rio Grande do Norte*, quanto aos inacianos seguiram a mesma lógica de enaltecimento das ações talvez porque, além dos cronistas, o autor utilizou na maioria das vezes, para falar sobre o tema, a obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do Jesuíta Serafim Leite. Cascudo fez essa obra sua principal referência sobre o assunto e reproduziu vários trechos em seu livro. Na biblioteca particular de Cascudo, disponível no “Memorial Câmara Cascudo”, encontramos a obra do padre jesuíta, e no tomo que contém informações sobre o Rio Grande do Norte, encontramos rabiscos de Câmara Cascudo que dão continuidade ao texto, concluindo a história dos jesuítas no Rio Grande do Norte. Ao final do capítulo três de Serafim Leite, ele escreveu: “ [...] o último diretor espiritual Pe. Alexander de Carvalho com o escolástico José Ferreira deixam a aldeia em 1759. O Padre do colégio de Recife. Embarcou na Bahia a 1-5-1760 com 52 companheiros para Lisboa<sup>111</sup>”. Esse comentário nos faz perceber o intrincamento e a continuidade de pensamento de Câmara Cascudo para com a história de Serafim Leite, que defendia idéias como:

*[...] Na colonização e evangelização do Brasil, os missionários jesuítas foram inesquecíveis auxiliares da Coroa. Eles catequizaram os índios selvagens, defenderam a justiça e a caridade cristã da cúpida ambição dos colonos, e instilaram na alma das populações aquele ardente patriotismo, com que elas, quasi a sós com os seus poucos recursos, se defenderam da invasão e conquista de estrangeiros. Sem a influência pacífica, mas profunda, dos jesuítas, os brasileiros não teriam herdado dos seus maiores em 1822, o império opulento, que é o seu orgulho e a glória de Portugal [...]*<sup>112</sup>.

<sup>111</sup> Comentário feito por Câmara Cascudo, ao final do cap. 3 (Aldeias de Guaraúras) do Livro 3, tomo 5, p. 535 de LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

<sup>112</sup> Epígrafe do prefácio de Serafim Leite, tomo 5.

Foi de acordo com essa matriz de Serafim Leite, que Câmara Cascudo narrou sobre os jesuítas na sua história. A diferença entre os autores – Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo – está basicamente no acréscimo das fontes documentais, pois a metodologia e o conteúdo quanto aos jesuítas nesses autores são basicamente iguais, já que enaltecem os papéis que os jesuítas tiveram no âmbito religioso, militar e como mediadores culturais. Sendo encontrado na obra de Câmara Cascudo, um número bem mais significativo de relatos sobre a temática analisada.

Os conceitos - *catequese*, *pacificação*, e *salvação* foram utilizados por Câmara Cascudo como sendo, características principais das ações dos missionários e foram reproduzidos das fontes trabalhadas, seguindo a mesma ordem de enaltecimento da ação dos padres, como temos no trecho de Cascudo abaixo:

*[...] Era indispensável a **pacificação** da massa indígena, insubmissa, reatacando sempre, transformando a vida dos brancos num estado permanente de inquietação bravia e áspera. É a missão dos jesuítas, dos missionários. Gaspar de Samperes, Francisco de Lemos fazem milagres de persuasão, com as forças irresistíveis da paciência e da tenacidade em serviço da Fé.[...] Os resultados da **catequese** jesuítica em Serra do Copoaba foram definitivos para a colonização. Copoaba vale Iperoig para o Rio Grande do Norte<sup>113</sup>.(grifo nosso).*

Câmara Cascudo ao narrar a atuação jesuítica se preocupou sempre com o caráter apaziguador e de mediação dos padres, como nos relatos dos acordos de paz, colocando os missionários, como os grandes responsáveis pelos sucessos obtidos, corroborando com Serafim Leite. Abaixo segue um trecho que explicita essa afirmação:

*[...] No primeiro, conta o Pe. Pero Rodrigues que Mascarenhas Homem solicitara ao governador Geral do Brasil instruções e auxílios para promover as pazes com os Potiguares e pedira ao padre um sacerdote perito no assunto catequístico, recebendo o Padre Francisco Pinto que se fez acompanhar do Pe. Gaspar de Samperes. Há um entendimento com o chefe Potiguaçu, todo poderoso nos arredores da futura Natal e a tudo isso se achava presente o Capitão-Mor e o Capitão da Fortaleza, João Rodrigues Colaço [...]<sup>114</sup>.*

Como fez Tavares de Lira, Câmara Cascudo, também narrou as realizações deixadas pelos missionários, exaltando as ações e lamentando pela expulsão dos padres do território brasileiro. Na passagem a seguir ele deixou marcas da sua tendência em contar a sua

<sup>113</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 26.

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 34.

história, dando aos padres um papel não de destaque, mas de essenciais na conquista das terras. Como afirmou: “... *Em São Miguel de Guagiru tinham feito, com tantos anos de permanência, trabalho fecundo e alto. (...) Disciplinados os indígenas, em 1755 tinham concluído a Igreja, alta e nobre, o mais lindo templo barroco da Capitania...*”<sup>115</sup>. E quando tratou das despedidas dos missionários o autor concluiu, afirmando que “[...] *o povo seguiu, chorando e bradando, quilômetros, num derradeiro testemunho de fidelidade*”<sup>116</sup>.

Diante do nosso objetivo, compreendemos que os autores em discussão, por estarem inseridos em uma matriz de pensamento que não se preocupava em questionar, nem problematizar as fontes, acabaram reproduzindo a história que encontraram escrita, moldando-a de acordo com os seus interesses e construindo a partir dessa reprodução uma história que até os dias atuais tem um forte peso na memória e na historiografia da sociedade potiguar.

Partindo da proposta de análise de discurso de Michel Foucault<sup>117</sup>, na qual se tem a idéia de que todo discurso - prática discursiva está imbricada em uma relação de poder que determina e é determinada por uma relação de saber, percebemos nos discursos dos autores trabalhados uma forte ligação e dependência com a história que estava sendo produzida pelo IHGRN. Instituição da qual os dois eram sócios efetivos. Eles escreviam determinados a atender ao interesse da instituição, que era o de promover a construção de uma história local definida, demarcada e solidificada a fim de contribuir para uma identidade norte-rio-grandense consolidada. Inseridos em um projeto maior e nacional difundido pelo IHGB, que, segundo Manoel Luís Salgado<sup>118</sup>, era representado por uma historiografia que excluía desse projeto índios e negros por não portarem a noção de civilização para a época. Nesse projeto, os índios eram integrados na história através da catequização pregada pelos missionários. Afirmação que se comprova com estudo feito por Guimarães sobre o IHGB, quando afirmou que: “[...] *Os estudos sobre as experiências jesuíticas no trabalho com os indígenas ganharão prioridade na Revista com o objetivo de valer-se dessa experiência histórica para a implementação de um ‘processo de civilização’ capaz de englobar também as referidas populações*”<sup>119</sup>. Corroborando com desejo de uma “nação” homogênea brasileira.

<sup>115</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 111.

<sup>116</sup> *Ibid.*, p. 111.

<sup>117</sup> Ver mais em FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*, 2001. Disponível em: <<http://www.ciberfil.hpg.ig.com.br>>. Acesso em: 24 nov. 2005.

<sup>118</sup> Ver mais em GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p.5- 27, 1988.

<sup>119</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 20.

A partir do que foi pesquisado podemos enquadrar os nossos autores analisados, na corrente historiográfica que se colocou a favor da atuação Inaciana, diferentemente do que defendeu Júlio Pernetá. Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo estiveram interessados em seguir suas fontes, como cronistas, os quais escreviam sobre os jesuítas baseados nas cartas da Ordem. E sendo assim, escreveram com uma postura de valorização ao que foi feito pelos missionários.



## CONCLUSÃO

Trabalhamos nessa pesquisa na perspectiva de uma análise historiográfica, na qual realizamos alguns passeios sobre uma parte da produção histórica de dois autores norte-riograndenses, Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo, os quais situamos em seus lugares de produção na tentativa de entender o que eles haviam escrito sobre a história do Rio Grande do Norte, especificamente sobre a atuação dos “missionários de Loyola” na Capitania do Rio Grande.

Visamos atender aos nossos objetivos, que foram, em primeiro lugar, entender a produção de Tavares de Lira e de Câmara Cascudo sobre os jesuítas nas terras potiguares, tendo em vista a preocupação dos dois autores com a construção de uma identidade e de uma história regional e local, juntamente com o desejo expressado por esses autores em sintetizar a história do Estado. E, em segundo, estabelecer a ligação que estes autores mantinham com o IHGRN, interessados na construção e confirmação de uma nação unificada, sendo os significados conflitantes da atuação missionária negligenciados, já que o que interessava era a contribuição desses missionários no sucesso da conquista e efetivação do território norte-riograndense. Nesse sentido, fizemos uma pesquisa bibliográfica na obra de Tavares de Lira e Câmara Cascudo, mais detalhadamente em seus livros *História do Rio Grande do Norte*, e também pesquisamos outros escritos sobre os autores, em revistas do IHGB e do IHGRN, além de outros materiais escritos por eles.

Seguimos a teoria da “operação historiográfica”, pensada a partir de Michel de Certeau, na qual nos preocupamos com o lugar de produção, quem produziu e o que produziu, para só então conseguirmos analisar o nosso objeto, que estava embutido no discurso dos autores. Para analisar o objeto da nossa pesquisa – a atuação jesuítica na Capitania do Rio Grande – partimos da metodologia da análise de discurso empreendida por Michel Foucault, na qual procuramos entender o que foi produzido a partir dos interesses difundidos pelo lugar no qual os autores faziam parte. Dessa forma, chegamos a algumas conclusões.

Na análise da construção historiográfica do IHGRN, que realizamos no primeiro capítulo, identificamos as principais características e motivações do Instituto local, a partir de sua ligação com o IHGB. Procuramos demonstrar como foi construída a instituição que serviu de “palco” e embasamento para os escritos dos autores por nós trabalhados. Para tanto,

estudamos um pouco do ambiente da criação do IHGB, pois foi de acordo com esse ambiente que se originou o IHGRN, pesquisamos ainda as principais características das produções internas do instituto, as *Revistas*, e fizemos um levantamento do que foi produzido acerca dos jesuítas nas publicações internas dessa instituição.

Tavares de Lira e Câmara Cascudo foram autores que produziram em um período em que a historiografia se preocupava em divulgar a “verdade” histórica contida nos documentos, a fim de formarem uma história capaz de ajudar na consolidação da Nação Brasileira, com a busca pela constituição de uma identidade nacional e também com a construção de um panteão de heróis da Pátria. Idéias que reafirmaram a ligação e o comprometimento desses autores com o IHGRN. Por isso, entendemos o tratamento dado aos missionários ligando suas ações aos caminhos pelos quais deram certo a estabilidade do território brasileiro e norte-rio-grandense. Já que a noção de civilização que era válida dizia respeito ao que vinha do mundo europeu cristianizado, e “ninguém melhor” que os jesuítas na visão da historiografia que estudamos para “civilizar” os nativos.

Feita a qualificação do lugar, partimos para a explicação de como esses sujeitos se tornaram autores renomados da Historiografia Clássica Norte-rio-grandense. Fizemos um “breve” estudo das características de suas vidas e obras. E estabelecemos a relação que tiveram na história e historiografia do Rio Grande do Norte.

Encontramos nas produções de Tavares de Lira e Câmara Cascudo, as principais idéias difundidas pelo Instituto, tais como a construção da Nação, o culto aos “heróis da pátria” e a demarcação de fronteiras e territórios. Os escritos de Tavares de Lira seguiram o modelo vivenciado pelo historiador que representava o IHGRN e tinha algumas marcas, tais como: o uso do empirismo, o discurso elitista visando enaltecer os principais atores da sociedade, vistos dessa forma por se tratarem da camada que detinha a parcela maior da renda e serem os dominantes da política local. E como marca dos escritos de Câmara Cascudo temos um depoimento dele sobre o que era sua história do Rio Grande do Norte, pensamento que caracteriza a maioria de suas produções históricas, quando disse que: “*Esta HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE é um trabalho sistemático de informação menos das fontes impressas do que dos arquivos [...] é uma exposição, uma narrativa, com informações úteis e conclusões dispensáveis*”<sup>120</sup>. Câmara Cascudo defendia que o historiador não devia interpretar, nem julgar ou concluir coisa alguma, a história devia ter caráter informativo.

---

<sup>120</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984. [Introdução].

A partir dessas características identificadas chegamos à conclusão de que os discursos sobre os jesuítas desses autores estavam filiados à corrente historiográfica que possuía uma matriz teórica no século XIX, em que o documento era a própria história, sendo considerado uma verdade “inquestionável”. A intenção com que tais discursos foram produzidos foi o de efetivação do território e da construção de uma identidade local consolidada. Através de tais posicionamentos os dois autores tornaram-se modelos dessa Historiografia Clássica Norte-rio-grandense na qual estavam inseridos.

Por fim analisamos o discurso contido em suas *Histórias do Rio Grande do Norte* no tocante aos jesuítas, estabelecemos a relação entre o que os dois autores potiguares escreveram sobre os Inacianos, com o que foi escrito na historiografia nacional, mais precisamente em Serafim Leite, por se colocarem em posições favoráveis a respeito dos missionários.

O discurso que encontramos sobre os jesuítas nas produções analisadas, é revestido de um caráter de “pacificação”, objetivando a construção de uma história da nação dotada de homogeneização que permitisse um modelo de identidade sólida. Sendo assim, o momento da produção dos nossos autores e o lugar ao qual estavam vinculados historicamente, propiciaram a ambos uma escrita sobre as ações dos missionários na Capitania de forma que os enquadrassem como os responsáveis pelo sucesso da história que eles buscavam construir e que, portanto, não podia ser escrita com lacunas e/ou falhas, sendo escrita com “perfeita” harmonia.

Diante do que encontramos nesse estudo, pensamos que as hipóteses por nós levantadas se confirmaram em grande medida. Pois ao investigarmos como os jesuítas foram tratados por Tavares de Lira e Câmara Cascudo, hipotetizamos que eles haviam escrito em relação aos padres da companhia, pontuando as ações que esses tinham realizado na colonização, visto que estavam preocupados em escrever uma história síntese que pudesse ajudar na construção e efetivação de uma história regional consolidada. De acordo com o pensamento da historiografia da época. Sendo assim, não interessava para essa *História*, descrever e analisar o processo de evangelização e os desdobramentos difundidos pelos Inacianos. Foram essas idéias que encontramos ao analisarmos as passagens sobre os jesuítas na Capitania do Rio Grande, percebemos uma tentativa de ilustração de um momento homogêneo, sem conflitos, e que por isso seguiram em sua maioria fontes e documentos que detalhassem o primeiro momento da conquista, no qual se encontram os missionários “comandando” as ações dos índios, sendo por isso de fundamental importância à presença e as realizações desse grupo no sucesso da colonização.

## BIBLIOGRAFIA

ATA da sessão solene comemorativa do quarto centenário da Fundação da Companhia de Jesus, do dia 27 de setembro de 1940. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 32/ 37, 1935-1940. p. 178-179.

BETI, Mariana Giardini. **Câmara Cascudo no solo sagrado da memória**. Disponível em: <<http://modernosdescobrimientos.inf.br/desc/cascudo/cascudopensamentoconservador.htm>> Acesso em: 25 fev. 2006.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, p. 72-75.

CASCUDO, Luís da Câmara. As lendas de Extremôz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 32/ 34, 1940, p. 85-96.

\_\_\_\_\_. **Crônicas de origem**: a cidade do Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20. Organização e estudo introdutório de Raimundo Arrais. Natal: EDUFRN, 2005.

\_\_\_\_\_. Os jesuítas no Rio Grande do Norte. **Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, ano 3, v. 5, n.13/14, p. 199-208, jul./out. 1940.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Norte**. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COSTA, Américo de Oliveira. **Viagem ao universo de Câmara Cascudo**. Natal: Fundação José Augusto 1969.

COSTA, Fernando Hippolyto da. A fundação do Instituto – 1902. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 79 - 80, p. 9-75, 1987-1988.

DANTAS, Lucélia Maria A. Góis Ribeiro. **Tavares de Lyra e a História do Rio Grande do Norte**: uma visão da elite política no início do século XX. 2005. Monografia (Graduação em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: do IGHB aos anos 1930. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Disponível em: <<http://www.ciberfil.hpg.ig.com.br>>. Acesso em: 24 nov. 2005.

\_\_\_\_\_. **O que é um autor?**. 4.ed. Lisboa: Veja; Passagens, 2000.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. **Personalidades históricas do Rio Grande do Norte: século XVI a XIX.** Natal, 1999.v. 1, p. 114-117; p.145-146.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 5-27 .

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. **Diccionario histórico, geographico e ethnographico do Brasil.** Commemorativo do Primeiro Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. v. 2.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1938.

\_\_\_\_\_. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. Livro 3, tomo 5.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Câmara Cascudo: um brasileiro feliz.** Comemorativa dos 100 anos do nascimento de Luís da Câmara Cascudo. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Lidador, 1998.

LIRA, Augusto Tavares de. **A independência do Brasil no Rio Grande do Norte** (algumas notas sobre a História Política do Rio Grande do Norte - 1817-1824). Rio de Janeiro: Pongetti; Natal: IHGRN, 1972.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Norte.** 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

\_\_\_\_\_. Minha passagem pelo Senado. In: GANNS, Claudio (Dir.). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 180, p. 201-214, jul/set. 1943.

\_\_\_\_\_. O monumento ao Barão do Rio Branco. In: GANNS, Claudio (Dir.). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 180, p. 229-236, jul/set. 1943.

\_\_\_\_\_. **Notas Históricas sobre o Rio Grande do Norte (1500-1564)** Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1918. v. 1.

\_\_\_\_\_; LEMOS, Vicente Simões Pereira de. **Apontamentos sobre a questão de limites entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte.** Natal: Emp. da Gazeta do Comércio, 1904. v. 1.

LYRA, Carlos Tavares de. **Tavares de Lyra: uma vida em linha reta.** Natal. Fundação José Augusto -1973.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII.** 2005. Tese (Doutorado em História do Brasil) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

\_\_\_\_\_. **Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte.** 1999. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

MAMEDE, Zila. **Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918 – 1968; bibliografia anotada,** Natal: Fundação José Augusto, 1970.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Celebração das pazes entre portugueses e potiguares. In: \_\_\_\_\_. **Terra natalense.** Natal: Fundação José Augusto, 1991.

MELO, Paulo Herôncio de (Mons.). Os Jesuítas nas primeiras horas da Colonização da Capitania. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte,** Natal, v. 50, 1953, p. 41-52.

MENEZES, Karla. O Instituto Histórico e Geográfico do rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. **Caderno de História.** Natal: Ed. UFRN, v. 3/ 4, n. 2/ 1, p. 41-57, jul. / dez. 1996; jan. / jun. 1997.

\_\_\_\_\_. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: entre 1902 e 1907.** Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.

MONTEIRO, Denise Mattos. Balanço da historiografia norte-rio-grandense. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH/ RN: o ofício do historiador, 1. , 2004, Natal. **Anais...** Natal: EDUFRN, 2006.

\_\_\_\_\_. **Introdução à História do Rio Grande do Norte.** 2.ed.rev. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

NEWTON, Carlos Jr. (Org.) **Portal da Memória: Universidade Federal do Rio Grande do Norte 45 anos da federalização (1960-2005).** Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

PAIVA, E. F; Anastasia, C. M. J. (Org.). **O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver: séculos XVI a XIX.** São Paulo, Belo Horizonte: Annablume: PPGH- UFMG, 2002.

PAIVA, Tatiana Moreira Campos. **Câmara Cascudo e os da métodos da história clássica**  
Disponível em:  
<<http://modernosdescobrimientos.inf.br/desc/cascudo/cascudopensamentoconservador.htm>.>  
Acesso em: 25 fev. 2006.

PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da História: a realização da utopia nacional oitocentista.** Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PERNETTA, Júlio. **Missões jesuíticas no Brasil.** Curitiba, Liv. Econômica, 1903.

PORTO, Maria Emília Monteiro. **Jesuítas na Capitania do Rio Grande séculos XVI-XVIII: arcaicos e modernos.** 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Salamanca, Espanha, 2000.

QUEIJA, Berta Ares; GRUZINSKI, Serge (Coord.). **Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE MEDIADORES CULTURAIS, 1. , Sevilha, 1997.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1996.

RAMOS, Isabel Tebyriça. **Câmara Cascudo e o pensamento conservador**. Disponível em: <<http://modernosdescobrimentos.inf.br/desc/cascudo/cascudopensamentoconservador.htm>> Acesso em: 25 fev. 2006.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Dedicado a memória do Ministro Augusto Tavares de Lyra. Natal: Tip. Centro de Imprensa, v. 52, 1959.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte 1889-1930**. Brasília: Senado Federal, 1989.

TAKEYA, Denise Monteiro. História do Rio Grande do Norte: questões metodológicas-historiografia e história regional. **Caderno de História**, Natal: Ed. UFRN, v.1, n.1,p. 8- 11, jul./dez. 1994.

VICENTE, Natália Simões de. **O satanismo na obra de Júlio Pernetá**. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2004.